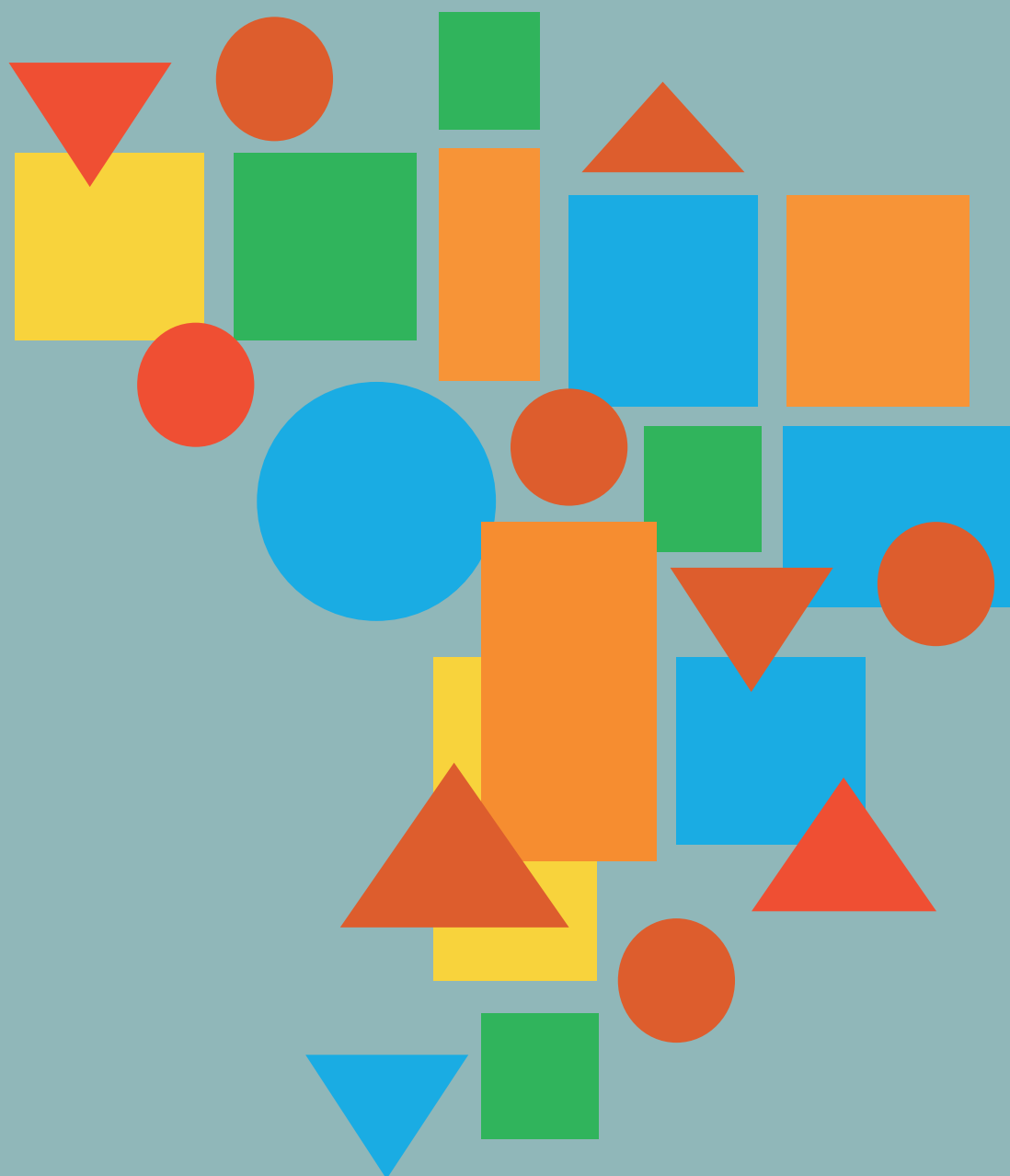




República Federativa do Brasil
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Caderno de Monitoramento do PPA 2012-2015
RETRATO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA PNAD 2012



**CADERNO DE MONITORAMENTO
DO PPA 2012-2015**

**RETRATO DAS POLÍTICAS
SOCIAIS NA PNAD 2012**

Brasília, junho de 2014

SUMÁRIO

Apresentação	5
Política Social Brasileira	6
Introdução	7
Políticas Sociais Setoriais	12
Trabalho	13
Previdência Social	21
Assistência Social	25
Educação	34
Desenvolvimento Agrário	46
Desenvolvimento Urbano	54

APRESENTAÇÃO

Este “Caderno de Monitoramento do PPA 2012-2015: Retrato das Políticas Sociais na PNAD 2012” apresenta os resultados alcançados por algumas políticas públicas tratadas no PPA 2012-2015 que contribuíram de forma significativa para a melhoria dos indicadores sociais apurados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2012 e, conseqüentemente, para melhoria da situação social brasileira. Assim, nesta publicação, constam breves resumos com as características de algumas políticas sociais setoriais; a evolução na provisão de bens e serviços públicos e de transferências de renda à sociedade; e a trajetória recente dos principais indicadores sociais obtidos a partir das PNADs.

POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA

INTRODUÇÃO

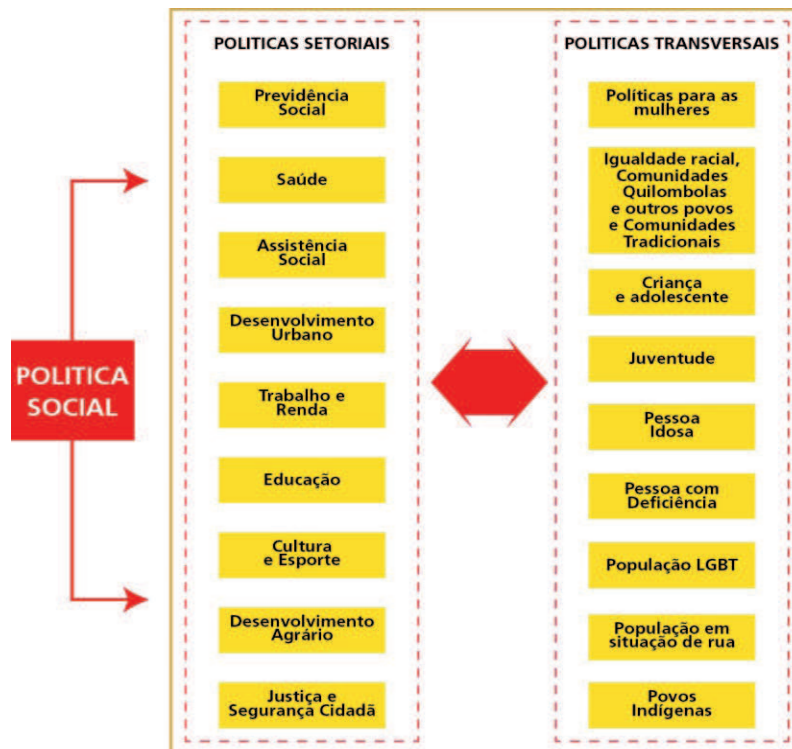
Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012 confirmam a melhoria da qualidade de vida de grande parcela da população brasileira, sobretudo dos segmentos menos favorecidos. Tal resultado é atribuído, em grande medida, à expansão da política social implementada pelo Governo Federal, que se expressa na oferta de bens e serviços públicos e nas transferências de renda aos mais pobres. Assim, a política social constitui um pilar fundamental no modelo de desenvolvimento que está em curso no País, caracterizado por conjugar crescimento da renda com redução das desigualdades sociais e regionais, exibindo também entre seus resultados as expressivas quedas no número de pessoas vivendo abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza.

O êxito da política social ultrapassa inclusive os limites da esfera social, impactando positivamente também na dimensão econômica, por meio da dinamização do mercado interno. Assim, o modelo de desenvolvimento adotado proporciona um círculo virtuoso, no qual a elevação dos gastos sociais estimula a economia, que, por sua vez, permite a geração de emprego e renda e o aumento das receitas públicas necessárias ao financiamento das políticas sociais em expansão.

Nesse modelo de desenvolvimento, é central o papel da ampliação das políticas sociais, com destaque para as políticas de transferência de renda, geração de emprego e renda e valorização do salário mínimo; a retomada dos investimentos em infraestrutura social; e o esforço de ampliação e qualificação das redes de bens e serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. A prioridade conferida à política social também pode ser constatada a partir do processo de consolidação e expansão do sistema de direitos introduzido pela Constituição Federal de 1988. Esse sistema abrange tanto as políticas setoriais, como saúde e educação, como as transversais, que buscam a garantia de direitos de públicos específicos, historicamente excluídos do desenvolvimento brasileiro, por meio de políticas executadas nos diversos setores e por políticas afirmativas.

Caracterizam esse processo de fortalecimento das políticas sociais a institucionalização de novos direitos e de políticas públicas e programas de governo destinados a sua efetivação; a forte expansão dos investimentos em políticas sociais; e a introdução de arranjos de gestão que enfatizam a criação de condições para a efetivação das políticas sociais, sobretudo o alcance aos públicos e territórios mais vulneráveis.

Figura 1 - Políticas Sociais Brasileiras

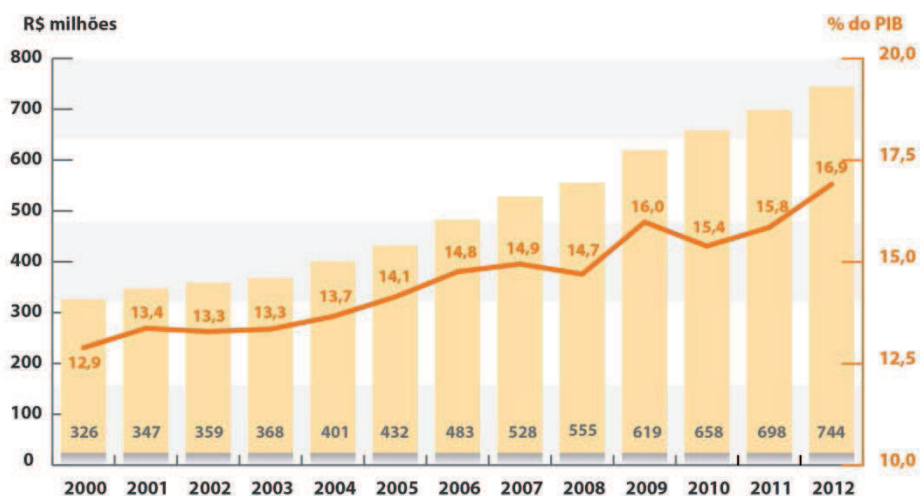


Elaboração: SPI/MP

O processo de institucionalização ocorre mediante a criação de órgãos de governo dedicados exclusivamente a articular e gerir políticas voltadas a públicos específicos, como a Secretaria de Políticas para Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos; a criação de órgãos setoriais na área social, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério das Cidades; o estabelecimento de sistemas nacionais de políticas públicas, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); a expansão e a instituição de novos direitos, como os direitos à alimentação, à moradia e à educação pública e gratuita dos quatro aos 17 anos; a elaboração de diversas políticas nacionais; e a introdução e institucionalização de programas inovadores, como o Bolsa Família, o Universidade para Todos (Prouni) e o Minha Casa, Minha Vida.

No que tange à expansão dos gastos sociais da União, constata-se um crescimento real de 128,2% entre 2000 e 2012, saltando R\$ 326 bilhões em 2000 (12,9% do PIB) para R\$ 744 bilhões em 2012 (16,9% do PIB).

**Gráfico 1 - Evolução do gasto em políticas sociais nos orçamentos da União
(R\$ de 2012 e % do PIB)**



Fonte: SIOP/MP e Conta Nacionais/IBGE. Elaboração: SPI/MP.

Deflator: IPCA/IBGE.

A aplicação do volume crescente de recursos também demanda a introdução de importantes avanços no planejamento e na gestão das políticas sociais e no processo tradicional de execução de determinadas políticas, de forma a poder alcançar os públicos mais vulneráveis, justamente aqueles que mais necessitam dessas políticas. Nesse aspecto, a estratégia do Busca Ativa, um dos pontos centrais do Brasil Sem Miséria, que consiste na localização das famílias ainda invisíveis ao Estado, constitui exemplo emblemático, ilustrando essa nova característica da gestão das políticas sociais, orientada para a integralização dos direitos de todos os cidadãos.

Assim, este Caderno apresenta os principais resultados conquistados no âmbito das políticas sociais, bem como a evolução dos indicadores sociais obtidos a partir das PNADs durante o período de implementação dessa nova estratégia de desenvolvimento. Segue abaixo uma amostra dos resultados e indicadores alcançados:

Evolução na provisão de bens, serviços e transferências

- 5,1 milhões de beneficiários do Seguro-Desemprego em 2003 e 8,5 milhões em 2012
- 19,5 milhões de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) emitidos em 2003 e 26,0 milhões em 2012
- 6,6 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em 2004 e 13,9 milhões em 2012

- 2,3 milhões de Benefícios Assistenciais (Benefícios de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia) emitidos em 2003 e 4,0 milhões em 2012
- 4.049 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) em 2007 e 7.725 em 2012
- 897 Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) em 2007 e 2.167 em 2012
- 1,4 mil escolas beneficiadas pelo Programa Mais Educação (educação em tempo integral) em 2008 e 31,1 mil em 2012
- 1,4 milhão de contratos do Pronaf no ano safra 2003/2004 e 2,2 milhões no ano safra 2012/2013
- 1,3 milhão de unidades habitacionais foram entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, sendo 400 mil unidades habitacionais para famílias da menor faixa de renda
- 2,65 mil empreendimentos de saneamento concluídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Indicadores Sociais Básicos – PNAD 2012

Trabalho e Renda

- A taxa de desemprego caiu de 8,7% em 2004 para 6,1% em 2012
- A taxa de formalização do trabalho passou de 47,5% em 2004 para 56,9% em 2012
- O percentual de cobertura previdenciária da PEA (16 a 59 anos) passou de 62,5% em 2004 para 71,4% em 2012

Assistência Social

- A proporção da população vivendo abaixo da linha de extrema pobreza (R\$ 70,00) caiu de 7,6% em 2004 para 3,6% em 2012
- A proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza (R\$ 140,00) caiu de 22,3% em 2004 para 8,9% em 2012

Educação

- A média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais passou de 6,8 anos em 2004 para 7,9 anos em 2012
- A taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) caiu de 11,5% em 2004 para 8,7% em 2012

Desenvolvimento Rural

- O percentual da população rural vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (R\$ 70,00) caiu de 17,8% em 2004 para 9,2% em 2012
- O percentual da população rural vivendo abaixo da linha de pobreza (R\$ 140,00) caiu de 44% em 2004 para 23,8% em 2012
- A média de anos de estudo da população rural (15 anos ou mais) passou de 4 anos em 2004 para 5,1 anos em 2012

Desenvolvimento Urbano

- O percentual dos domicílios próprios urbanos em situação de irregularidade fundiária caiu de 6,3% em 2001 para 5,1% em 2012
- O percentual dos domicílios situados no déficit habitacional caiu de 10% em 2007 para 8,3% em 2012
- O percentual dos domicílios com abastecimento de água (rede, poço ou nascente com canalização interna) de 89,0% para 94,5% dos domicílios entre 2004 e 2012.
- O percentual dos domicílios com esgotamento sanitário (rede ou fossa séptica) subiu de 68,7% em 2004 para 77,8% em 2012.
- O percentual dos domicílios com coleta de resíduos sólidos (direta em áreas urbanas e direta ou indireta em áreas rurais) subiu de 77,9% em 2004 para 84,5% em 2012.

POLÍTICAS SOCIAIS SETORIAIS

TRABALHO

A função Trabalho está relacionada, essencialmente, à manutenção do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), único instrumento gratuito, com rede de atendimento em todo o território nacional, com objetivo de integrar as ações de emprego. Essa integração ocorre por meio da intermediação de mão de obra (IMO), habilitação ao seguro-desemprego (SD) e qualificação social e profissional (QSP), dentre outras atividades.

Os dados da PNAD 2012 revelam como o crescimento econômico experimentado na última década impactou positivamente os níveis de emprego e renda dos brasileiros, provendo a inclusão social de milhões de brasileiros. Os resultados aqui apresentados dialogam com a estratégia de desenvolvimento baseada na expansão do consumo de massa e do investimento conforme apontado no PPA 2012-2015, evidenciando a continuidade do ciclo virtuoso de crescimento da economia brasileira.

Abrangência da Política

Os resultados das políticas públicas na área do Trabalho são explicados pela expansão do contingente de trabalhadores com carteira assinada, melhoria na qualificação dos trabalhadores e pelo crescimento real do salário mínimo na última década. Os números evidenciam parte da estratégia de desenvolvimento vigente, no que se refere a conciliar crescimento econômico com geração de emprego e redução da desigualdade e pobreza, possibilitando a expansão do consumo de massa e induzindo o investimento público e privado.

Sendo assim, no período de dezembro de 2003 a dezembro 2012, foram gerados 17,9 milhões de empregos de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Como consequência da formalização do mercado de trabalho e da elevação real do salário mínimo, observou-se um aumento do percentual de trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, público que faz jus ao abono salarial, que passou de 7,9 milhões em 2003 (40,3%) para 21,4 milhões em 2012 (50,7%).

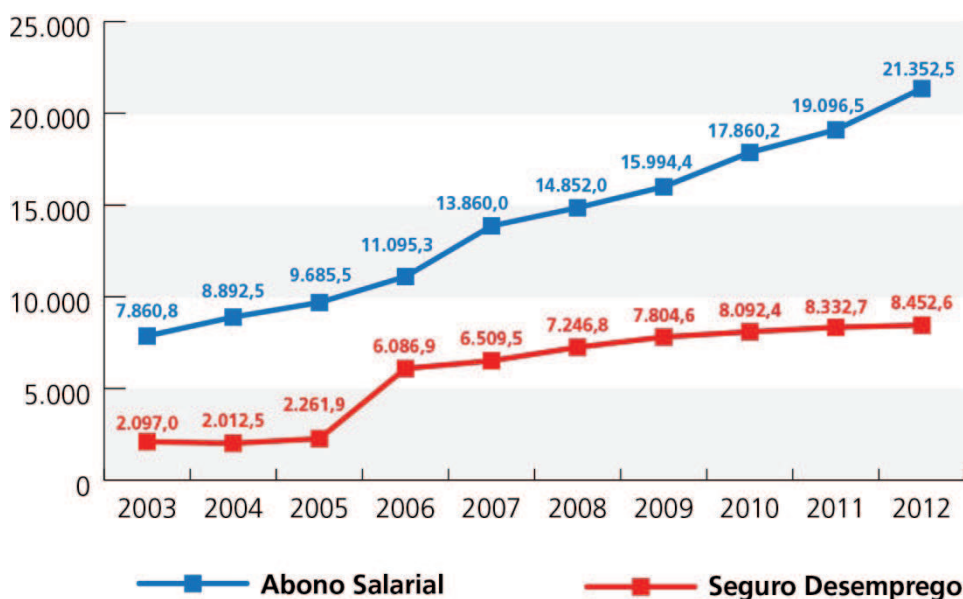
Gráfico 2 - Evolução no mercado de trabalho formal e participação dos trabalhadores com rendimento de até 2 salários mínimos



Fonte: RAIS. Elaboração SPI/MP

No mesmo período, o número de beneficiários do Seguro-Desemprego, nas cinco modalidades, aumentou de 5,1 milhões para 8,5 milhões, estando associado diretamente com o crescimento do número de trabalhadores com carteira assinada, em função da grande formalização do trabalho ocorrida nos últimos anos.

Gráfico 3 - Evolução dos beneficiários do seguro desemprego e do abono salarial

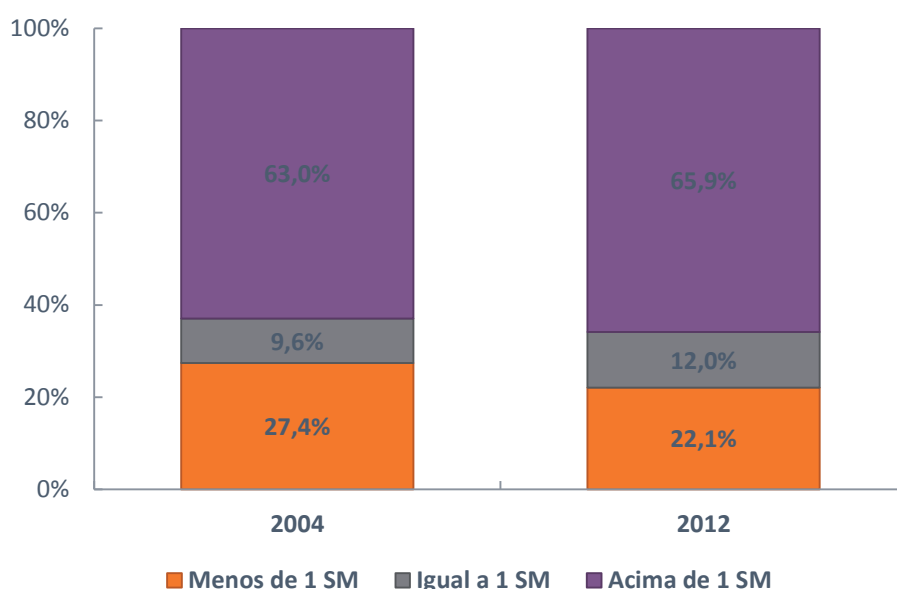


Fonte: DES/SPPE/MTE

Situação Social no Trabalho

A política de aumento real do salário mínimo vem impactando decisivamente na melhoria de renda da população: em 2012, 12% da população ocupada recebeu como rendimento um salário mínimo. O valor nominal do salário mínimo passou de R\$ 260,00 para R\$ 622,00 de 2004 a 2012. Neste período, o rendimento mensal médio de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade passou de R\$ 998,50 para R\$ 1.411,25.

Gráfico 4 - Participação das pessoas ocupadas de 16 a 59 anos de idade que recebem rendimento mensal igual a um salário mínimo no trabalho principal

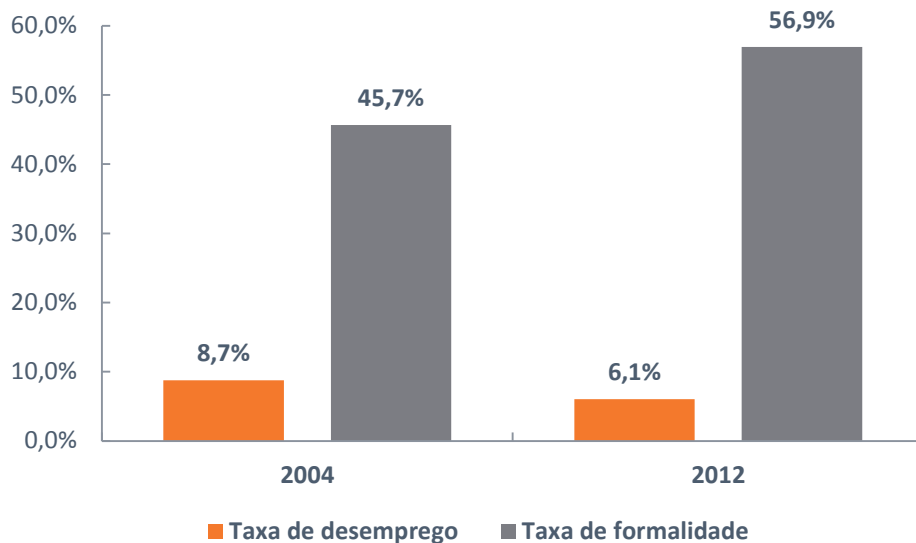


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP. Excluídas as pessoas que não declararam o rendimento.

A taxa de formalidade apresentou melhora significativa, saltando de 45,7% em 2004 para 56,9% em 2012. Houve ampliação no número de empregados com carteira assinada (32,8% para 42%) e concomitante redução no número de empregados sem carteira de trabalho assinada (18,7% para 15,3%). Na média, a taxa de desemprego cai de 8,7% em 2004 para 6,1% em 2012.

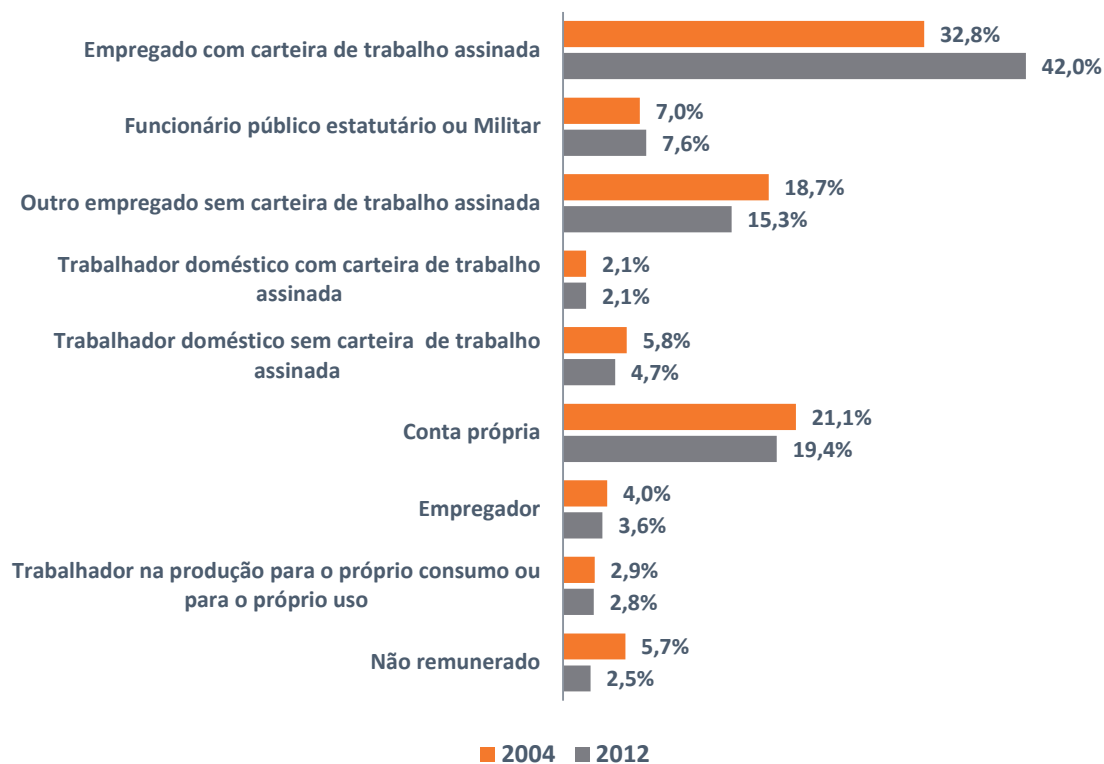
No entanto, ainda persiste o desafio de ampliar a participação de trabalhadores domésticos com carteira assinada, que permaneceu estável entre 2004 e 2012 em 2,1%. Não obstante, em um ambiente de mercado de trabalho aquecido, é positiva a redução proporcional da participação de trabalhadores domésticos sem carteira assinada (de 5,8% em 2004 para 4,7% em 2012). Os efeitos da PEC das domésticas ainda não foram captados e devem aparecer nos resultados dos próximos anos.

Gráfico 5 - Taxa de desemprego e taxa de formalidade da população de 16 a 59 anos de idade



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP.

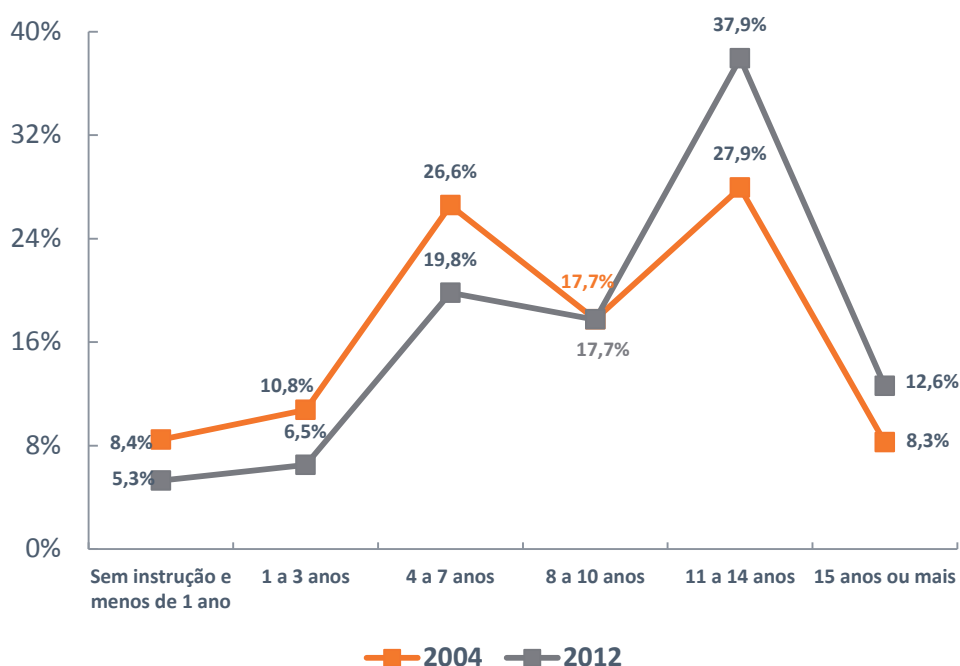
Gráfico 6 - Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 16 a 59 anos de idade



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP.

A melhora na qualificação do trabalhador é fator fundamental para o desenvolvimento do país e impacta diretamente na produtividade e nos rendimentos do trabalhador. Neste ponto, cabe destacar que, de 2004 a 2012, observa-se uma ampliação no contingente de trabalhadores mais qualificados, representada pela redução no número de trabalhadores com menos de 8 anos de estudo e uma ampliação no número de trabalhadores com mais de 8 anos de estudo.

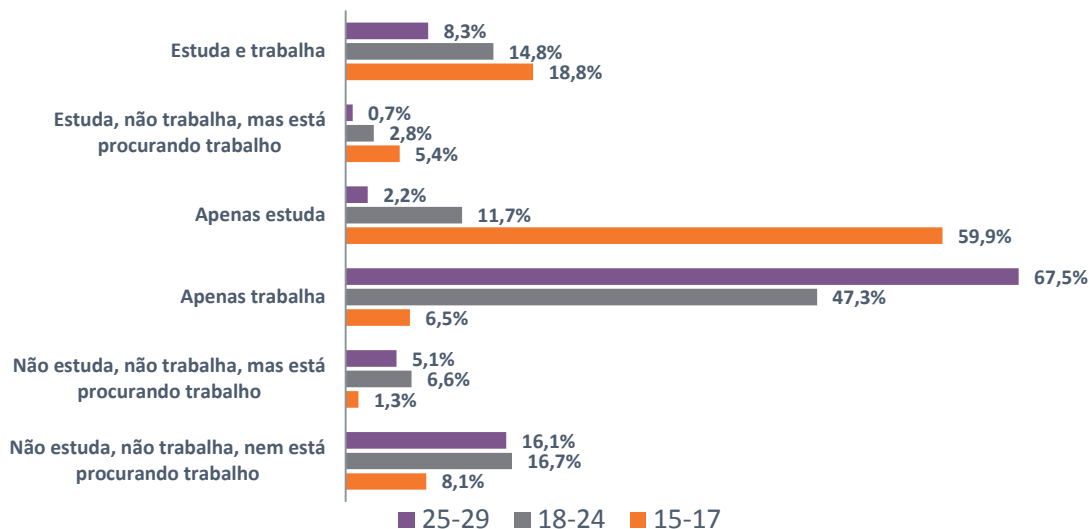
Gráfico 7 - Distribuição da população de 16 a 59 anos de idade ocupada por grupos de anos de estudo



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP. Excluídas as pessoas que não declararam os anos de estudo.

Em relação à juventude brasileira, percebe-se que os jovens vão paulatinamente abandonando os estudos na medida em que conquistam a inserção no mercado de trabalho e avançam na idade. No entanto, preocupa o percentual dos chamados “nem-nem” (não estuda, não trabalha nem está procurando trabalho), que tem sua maior participação na faixa entre 18 a 24 anos.

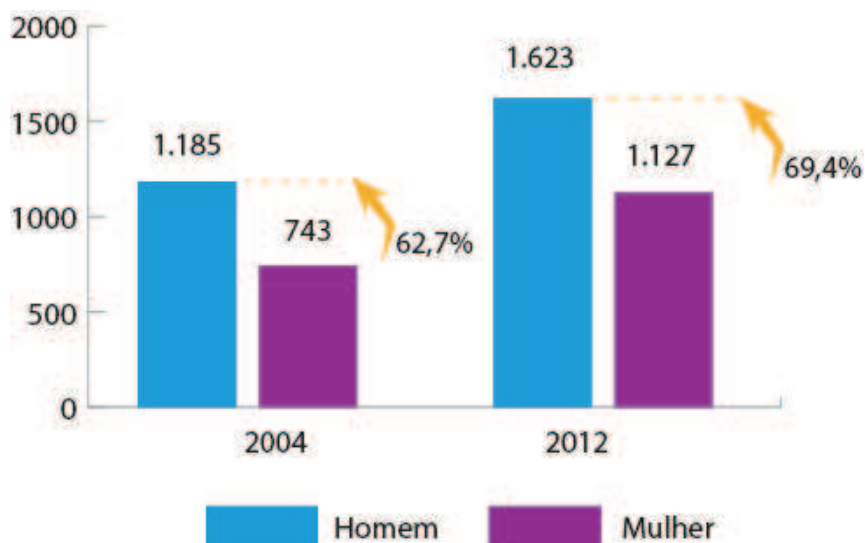
Gráfico 8 - Situação da juventude brasileira: trabalho e estudo – 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

Na comparação do rendimento mensal médio entre homens e mulheres, observa-se que ainda há uma diferença significativa, tendo sido registrado um rendimento médio de R\$ 1.623 para os homens e de R\$ 1.127 para as mulheres no ano de 2012. No entanto, essa diferença tem diminuído, sendo que em 2004 as mulheres ganhavam em média 62,7% do rendimento dos homens, tendo esse percentual crescido para 69,4% em 2012. Cabe lembrar que esta diferença também reflete a maior inserção das mulheres em atividades de menor rendimento, como a de empregados domésticos.

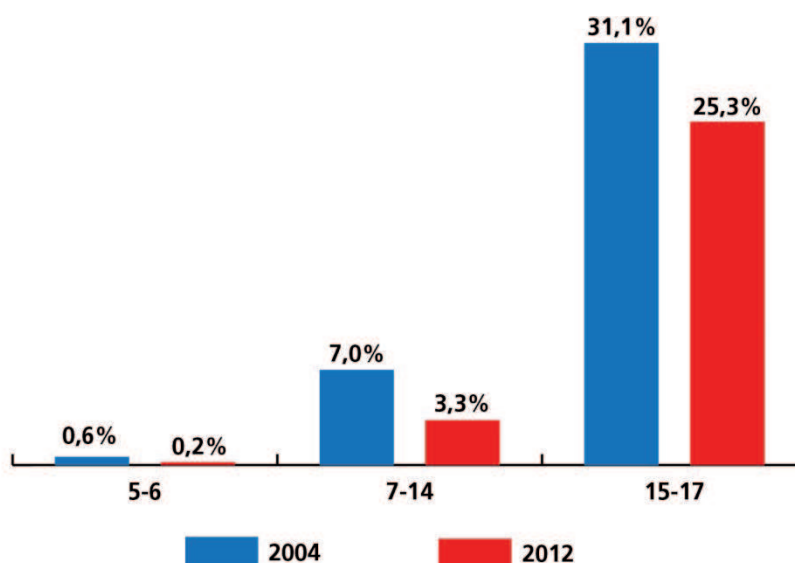
Gráfico 9 - Rendimento mensal médio de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP. Dados de 2004 corrigidos pelo INPC para set/2012

Um ponto importante a analisar é o trabalho infantil, considerado toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho por, no mínimo, uma hora por dia. Em 2006, o Brasil assumiu o compromisso internacional de erradicar as piores formas até 2015 e erradicar todo tipo de trabalho infantil até 2020. Avalia-se que o Brasil atingiu o “núcleo duro” do trabalho infantil, onde a erradicação se torna mais difícil e demanda novas estratégias de ação.

Gráfico 10 - Percentual de crianças/adolescentes trabalhando por faixa etária



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

Essa situação pode ser constatada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: em 2010, 40% das crianças e adolescentes de 10 a 15 anos que trabalhavam viviam em domicílios sem perfil de renda do Cadastro Único, ou seja, com rendimento familiar por pessoa superior a R\$255,01, acima do limite máximo para receber o benefício do PETI – Bolsa-Família.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, na faixa de 14 a 17 anos. O trabalho adolescente protegido, nesta faixa etária, deve ser ampliado. A faixa concentra cerca de 80% dos trabalhadores infantis. Para tanto, foi aprovado dispositivo legal obrigando que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% do contingente de trabalhadores.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é um direito previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 que assegura ao trabalhador e à sua família: cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. A política previdenciária brasileira está estruturada em três regimes, independentes, financiados por orçamentos distintos e regidos por legislações específicas: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e a Previdência Complementar (RPC).

A PNAD 2012 aborda o papel da política de previdência para o combate à pobreza e para a redução das desigualdades de renda no país, tendo contribuído decisivamente para isso a política continuada de ganhos reais para o salário mínimo. Destacam-se ainda a expansão contínua e consistente da cobertura previdenciária para a população economicamente ativa com idade entre 16 e 59 anos; e os benefícios previdenciários direcionados para idosos, que vem acompanhando o crescimento populacional deste público e se mantendo em patamares altos de cobertura. Esses avanços refletem a estratégia de desenvolvimento adotada pelo PPA 2012-2015, que visa a um crescimento socialmente inclusivo, propiciando bem-estar a toda a população.

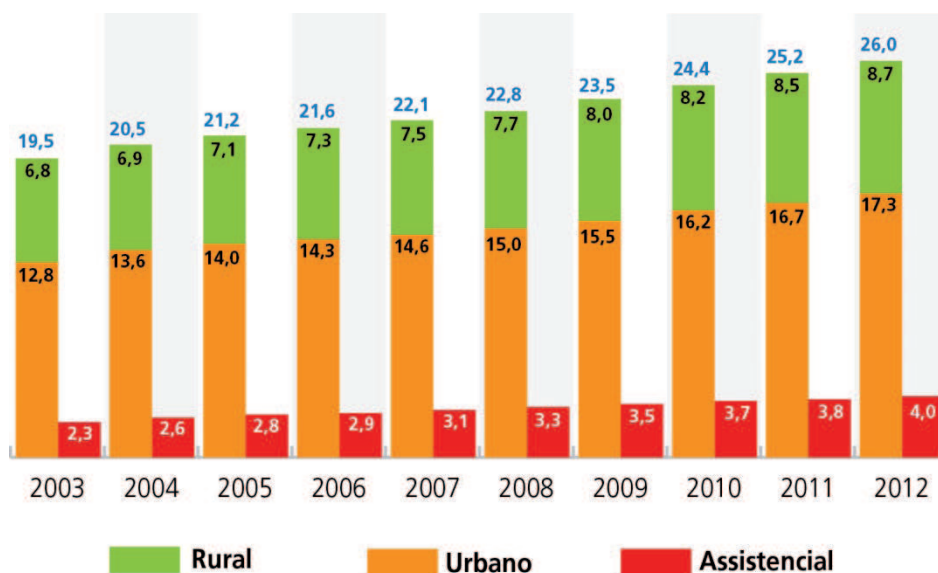
Abrangência da Política

O Regime Geral de Previdência Social - RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e auxílios) influenciam nas condições socioeconômicas de todo território nacional, desempenhando papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país. Atualmente, a Previdência Social emite cerca de 30 milhões de benefícios em todo o país.

Entre 2003 e 2012, a quantidade de benefícios emitidos pelo RGPS (previdenciários e acidentários) aumentou 33,3%, elevando-se de 19,5 milhões

para 26,0 milhões. Destacam-se também os benefícios assistenciais, previstos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, que passaram de 2,3 milhões para 4 milhões, o que representou 74% de crescimento.

Gráfico 11 - Benefícios emitidos pelo RGPS por clientela e benefícios assistenciais

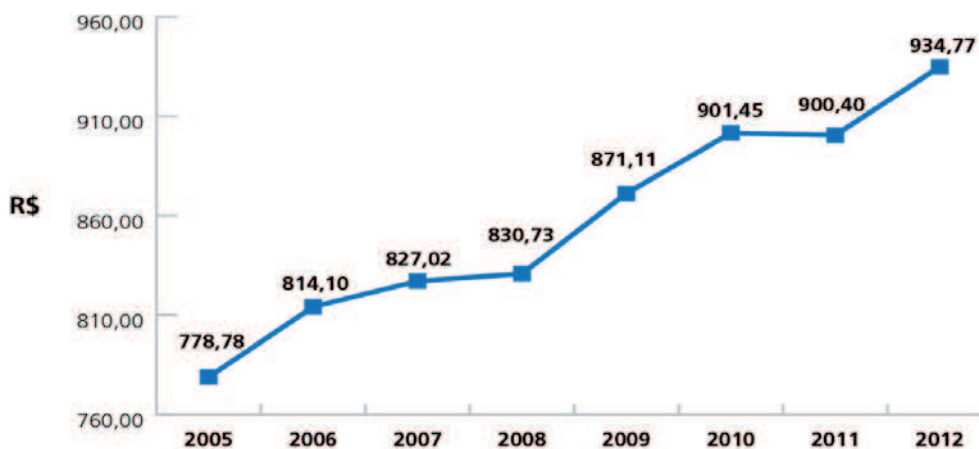


Fonte: INSS. Elaboração SPI/MP.

O valor médio real dos benefícios emitidos pela Previdência Social em 2012 foi de R\$ 934,77, o que representou um crescimento de 20,0% em relação a 2005. Cerca de 20 milhões de benefícios emitidos pela Previdência Social em 2012 foram no valor de um salário mínimo, o que representou 67% dos benefícios pagos. No que tange à previdência rural, praticamente todos os benefícios são no valor de um salário mínimo. Em relação à clientela urbana, mais da metade dos benefícios emitidos são no valor do piso previdenciário.

Como o volume de benefícios no valor de um salário mínimo é significativo, percebe-se o impacto positivo que a política continuada de ganhos reais no piso salarial possibilita à política previdenciária.

Gráfico 12 - Evolução do valor médio dos benefícios pela Previdência Social (RGPS e assistencial)



Fonte: INSS. Elaboração SPI/MP.

Situação Social na Previdência

Em 2012, 61,8 milhões de pessoas com idade entre 16 e 59 anos encontravam-se protegidas pela Previdência Social. Esse contingente faz parte do universo de 86,6 milhões de pessoas que se declararam ocupadas e se encontravam nessa mesma faixa etária. Destacamos a expansão contínua e consistente da cobertura previdenciária para esta faixa etária, que salta de 62,5% em 2004 para 71,4%, em 2012.

Os idosos socialmente protegidos – que recebem aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou da assistência social ou contribuem para a Previdência Social – totalizaram, em 2012, 20,5 milhões de pessoas: 9,6 milhões de homens e 10,9 milhões de mulheres. A proteção social entre os homens chegou a 86,8% e das mulheres 79,4% do total de idosos.

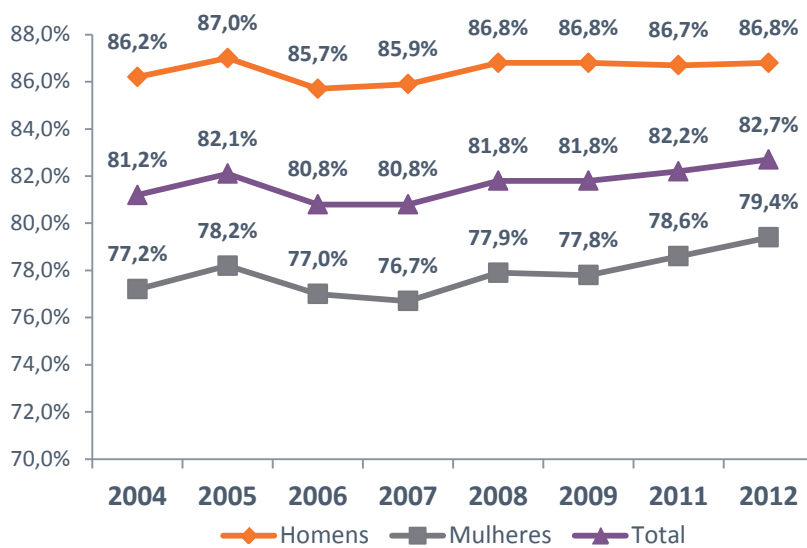
A evolução da cobertura previdenciária desse público, no período entre 2004 e 2012, permaneceu relativamente estável, estabelecendo-se em patamares sempre acima dos 80%. Entre as mulheres, nota-se inclusive pequena elevação na cobertura. A permanência da cobertura em patamares elevados é um resultado significativo para a previdência, uma vez que a população idosa no mesmo período teve um acréscimo de mais de 40%, passando de 17,6 milhões em 2004 para 24,8 milhões em 2012.

**Gráfico 13 - Evolução do Índice de Cobertura Previdenciária – PEA
entre 16 e 59 anos**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPI.

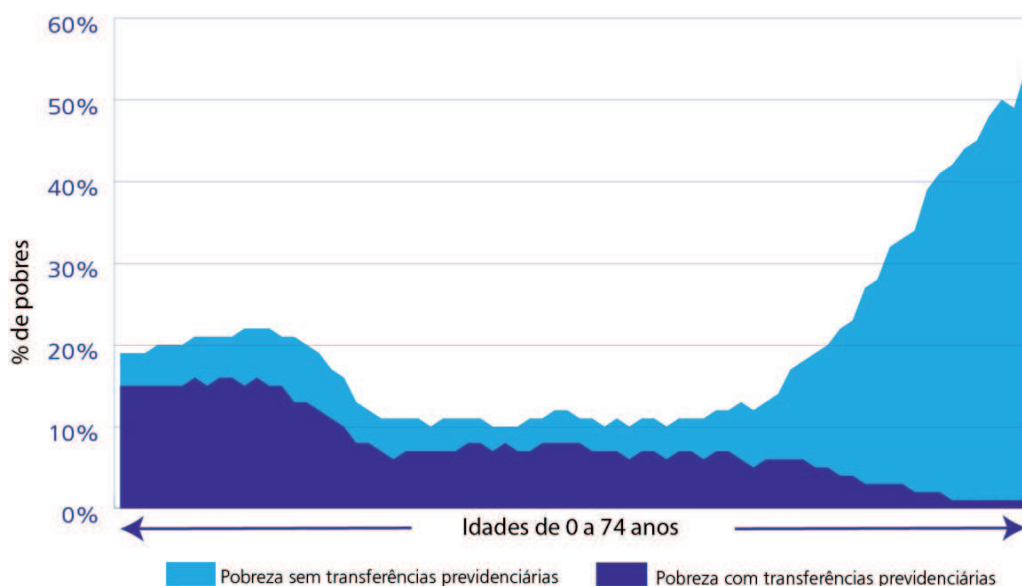
**Gráfico 14 - Evolução do Índice de Cobertura Previdenciária
para pessoas de 60 anos ou mais**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPI.

A Previdência Social também é fundamental para redução da pobreza, sendo que a PNAD 2012 demonstrou que os benefícios previdenciários retiraram mais de 18,6 milhões de brasileiros da linha de pobreza (considerando R\$140,00 de renda domiciliar per capita). Caso não houvessem os rendimentos advindos dos benefícios da Previdência Social, estima-se que o número de pessoas em situação de pobreza saltaria de 15,8 para 34,4 milhões, mais que o dobro. Destacamos esse efeito principalmente na população acima dos 60 anos.

Gráfico 15 - Percentual de Pobres*, por idade, com e sem transferências previdenciárias – 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP. Foram considerados apenas os habitantes de domicílios onde todos os moradores declararam a integralidade de seus rendimentos. * Linha de Pobreza = R\$ 140,00 em reais de set/2012.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é uma política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas daqueles que dela necessitar. Essa política tem sido concretizada por um processo de crescente institucionalização com a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), pela consolidação das transferências de renda não contributivas, como o Benefício de Prestação Continuada - BPC e o Bolsa Família, e pela implementação de programas e ações de segurança alimentar e nutricional.

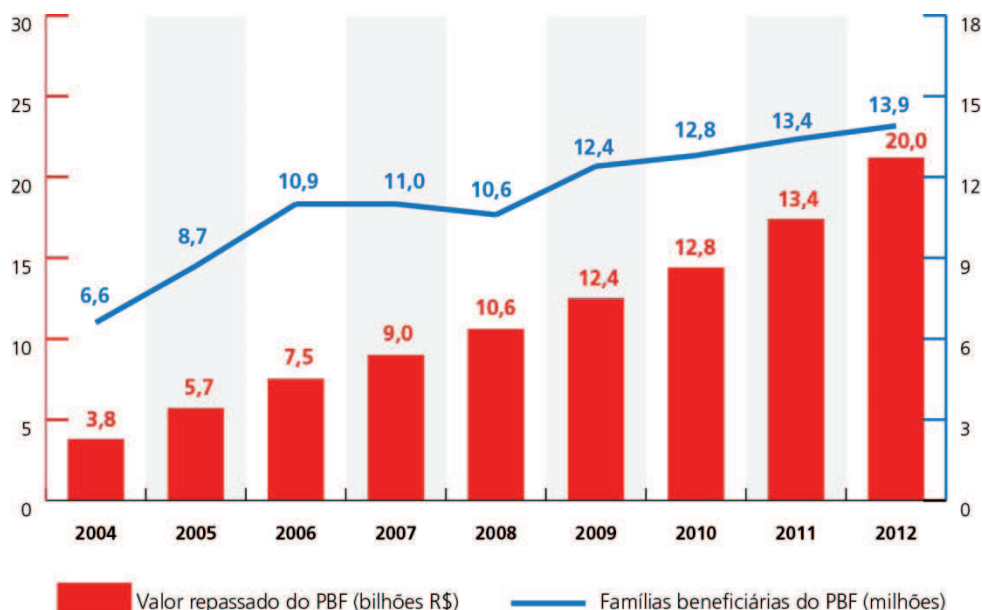
Os dados da PNAD 2012 demonstram que o crescimento econômico experimentado pelo Brasil tem ocorrido para todas as faixas etárias, principalmente para os mais pobres, o que tem permitido uma redução do nível de desigualdade da renda no país, conforme verificado na evolução dos rendimentos por quintis e no Índice de Gini. Também tem sido observado uma expressiva redução no percentual de pobres e extremamente pobres, resultado de políticas de transferências de renda da Assistência Social, dentre outras. Esses avanços estão alinhados com a estratégia de desenvolvimento do PPA 2012-2015, que visa a um crescimento inclusivo, propiciando bem-estar a toda a população brasileira.

Abrangência da Política

Um dos principais programas que compõe a Política de Assistência Social é o Bolsa Família, que consiste na transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Esse programa ainda é composto pelas condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O orçamento do Bolsa Família aumentou 40% de 2010 a 2012, alcançando valor anual de R\$ 20 bilhões, o que representa apenas 0,46% do PIB do ano. Pode-se dizer que é um programa eficiente, conseguindo com poucos recursos reduzir significativamente o nível de pobreza brasileiro, conforme a PNAD. No final de 2012, o Bolsa Família já beneficiava 13,9 milhões de famílias.

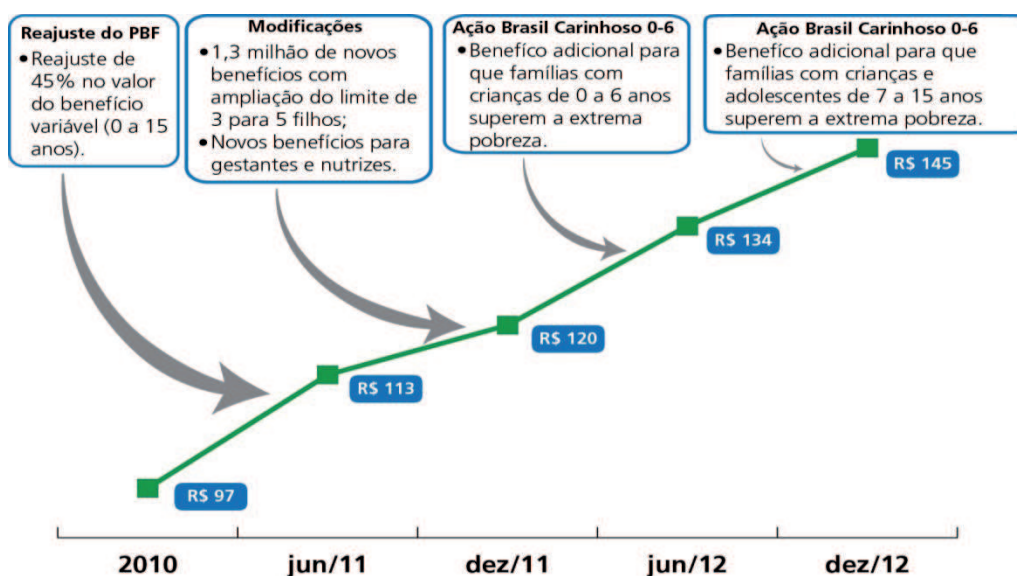
Gráfico 16 -Evolução do Orçamento do Programa Bolsa Família e do número de famílias beneficiadas



Fonte: Orçamento Geral da União e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os recursos adicionais destinaram-se ao aumento do número de famílias beneficiárias, ao reajuste dos benefícios, ao aumento da quantidade de benefícios por família e ao pagamento do benefício do Brasil Carinhoso. Os vários aperfeiçoamentos que têm sido implementados no âmbito do Bolsa Família, garantiram um aumento do valor médio do benefício de R\$ 97 em 2010 para R\$ 145 no final de 2012, representando um acréscimo de 49%.

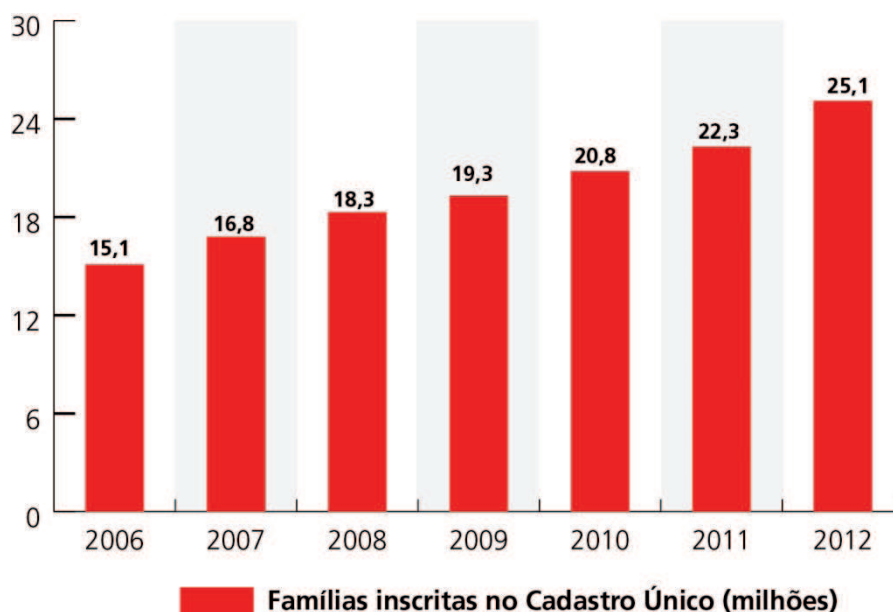
Gráfico 17 – Benefício Mensal do PBF



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um importante instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, auxiliando o poder público na formulação e implementação de políticas sociais específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais, tendo atingido 25 milhões de famílias em 2012, representando um aumento de 20,4% em relação a 2010.

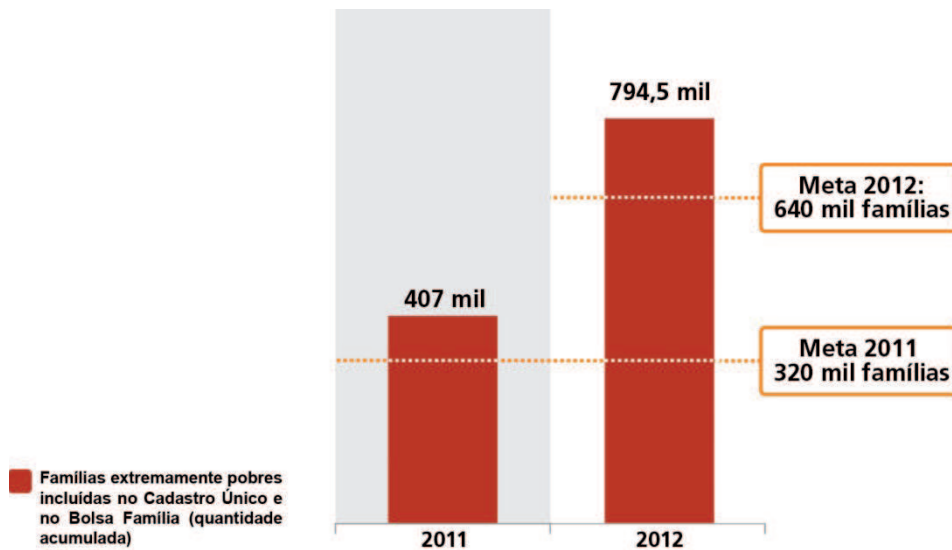
Gráfico 18 -Evolução de famílias registradas no Cadastro Único



Fonte: Caixa Econômica e Cadastro Único para Programas Sociais

Uma importante ação, no âmbito do Bolsa Família e do Cadastro Único, é a estratégia de Busca Ativa, que resulta da articulação dos governos federal, estaduais, municipais e de diversos parceiros, com o objetivo chegar às famílias extremamente pobres ainda invisíveis ao Estado. De junho de 2011 a dezembro de 2012, 794,5 mil novas famílias extremamente pobres foram incluídas no Cadastro Único e já estão recebendo o Bolsa Família.

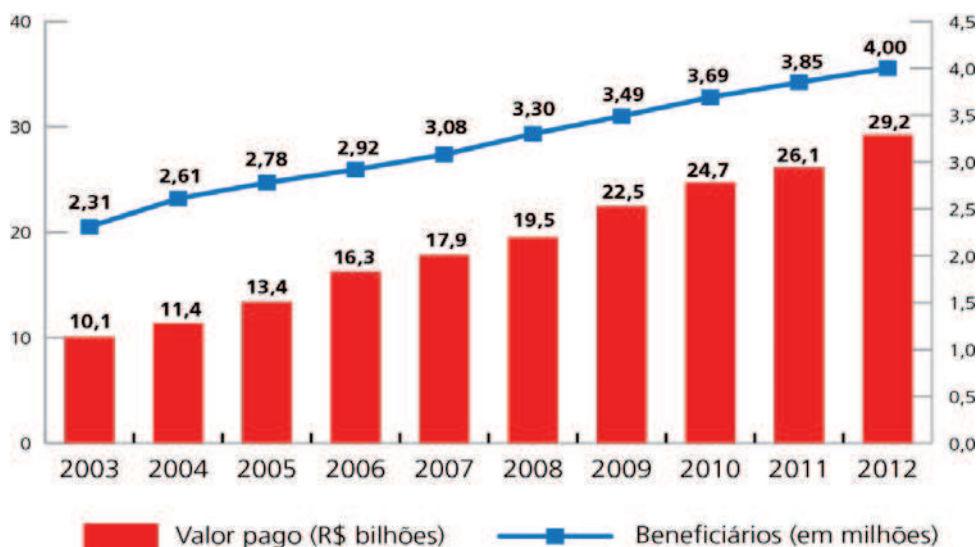
Gráfico 19 - Famílias extremamente pobres incluídas no Cadastro Único



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais

Já o Benefício de Prestação Continuada – BPC é um benefício da Assistência Social, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e às pessoas com deficiência, que não possam meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Esse benefício junto com a Renda Mensal Vitalícia – RMV beneficiaram 4,0 milhões de pessoas no ano de 2012, num valor total de R\$ 29,2 bilhões, representando um aumento real de 11,8% em relação ao ano de 2011.

Gráfico 20 - Evolução da quantidade de beneficiários e dos recursos transferidos pelo BPC e RMV

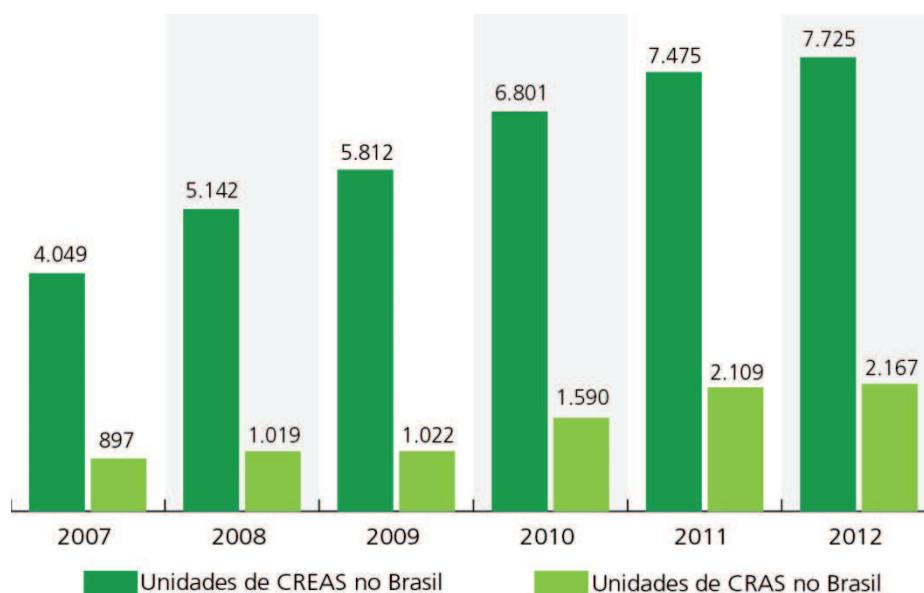


Fonte: DATAPREV. Observação: Dados corrigidos pelo INPC para dez/2012

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS tem apresentado uma significativa estruturação na década de 2000, sendo que, no âmbito da Proteção Social Básica, houve aumento do número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), passando de 4.049 unidades em 2007 para 7.725 em 2012, elevação de 91%, e que corresponde a uma cobertura de mais de 95% dos municípios brasileiros.

Na Proteção Social Especial, houve aumento do número de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de 897 unidades em 2007 para 2.167 em 2012, sendo 2.114 CREAS municipais e 53 regionais, representando uma elevação de 142%.

Gráfico 21 - Implantação de equipamentos no SUAS - CRAS e CREAS

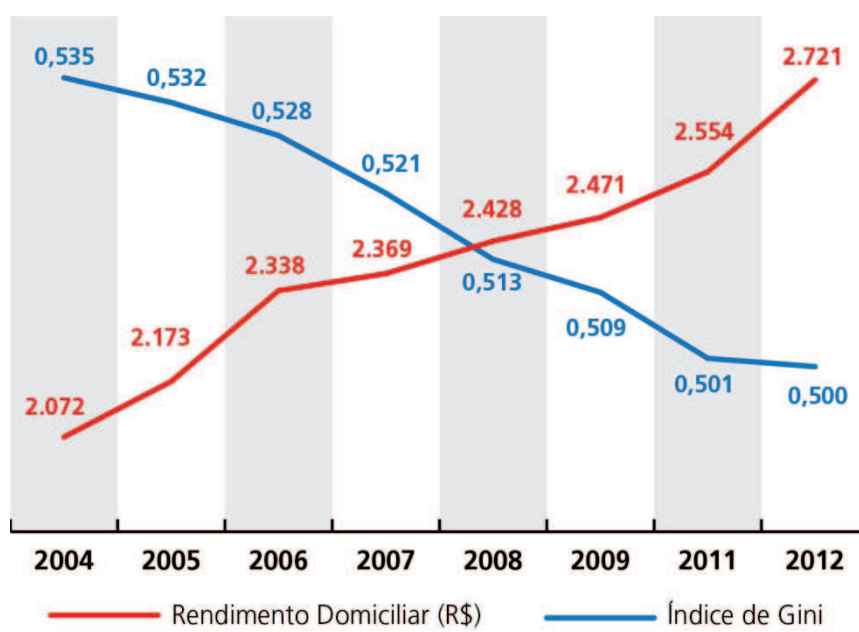


Fonte: Censo SUAS 2007 a 2012

Situação Social na Assistência Social

Como fruto da estratégia de desenvolvimento implantada nos últimos anos, que conjuga crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais, houve significativo crescimento da renda e redução do seu nível de concentração. Entre 2004 e 2012, o crescimento real do rendimento domiciliar foi de 31,3%, enquanto que houve queda no seu Índice de Gini de 6,5%.

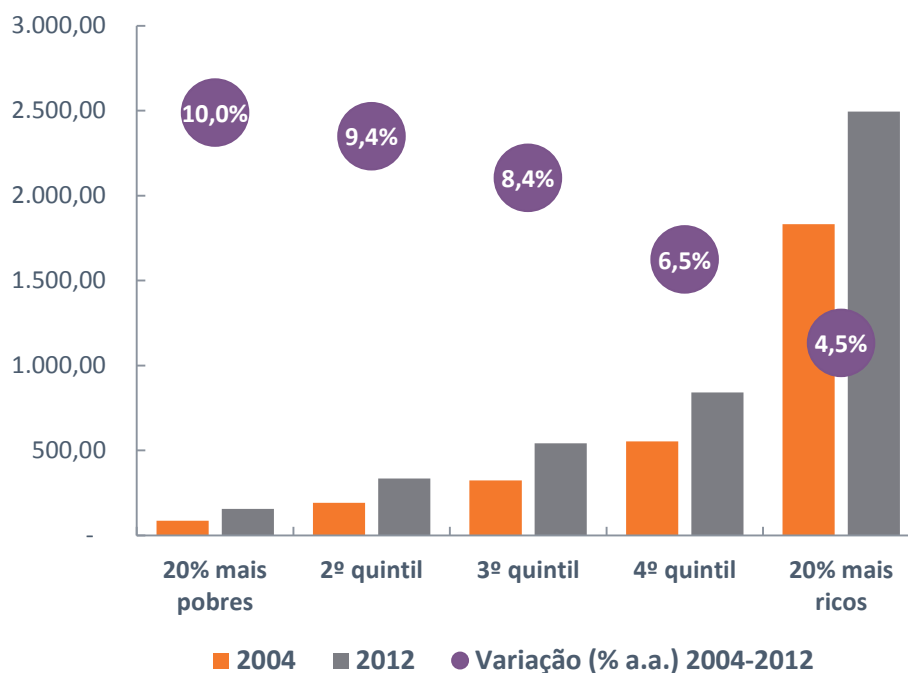
Gráfico 22 - Crescimento médio do rendimento domiciliar (R\$) e queda do Índice de Gini



* Valores atualizados pelo deflator do PIB de 2011. ** Rendimento mensal domiciliar. *** PNAD não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo do IBGE. Fonte: NSCN/IBGE e PNAD/IBGE

O crescimento anual médio da renda domiciliar real per capita por quintil mostra que todas as faixas tiveram aumento da renda, propiciando uma melhora do bem-estar de toda a população. No entanto, os mais pobres tiveram ganho maior que os mais ricos, tendo os 20% mais pobres apresentado aumento real médio de 10% ao ano contra 4,5% dos 20% mais ricos.

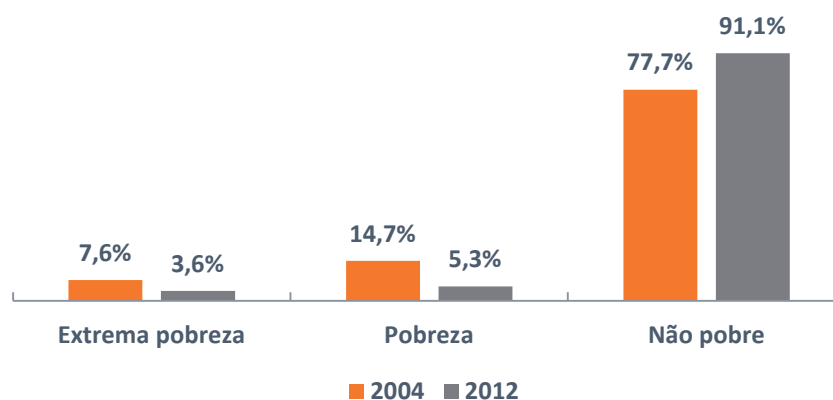
Gráfico 23 - Rendimento mensal domiciliar per capita médio e variação de 2004 a 2012 por quintil do rendimento mensal domiciliar per capita



Fonte: PNAD/PNAD. Elaboração SPI/MP. Exclui os domicílios sem rendimento e os sem declaração de rendimento. Valores de 2004 corrigidos pelo INPC para set/2012.

Além disso, está em queda o percentual de pessoas abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza, tendo, conseqüentemente, aumentado o número de não pobres. Essas mudanças são fruto do aumento de beneficiários do Bolsa Família e do BPC, bem como da geração de emprego e renda e da valorização do salário mínimo.

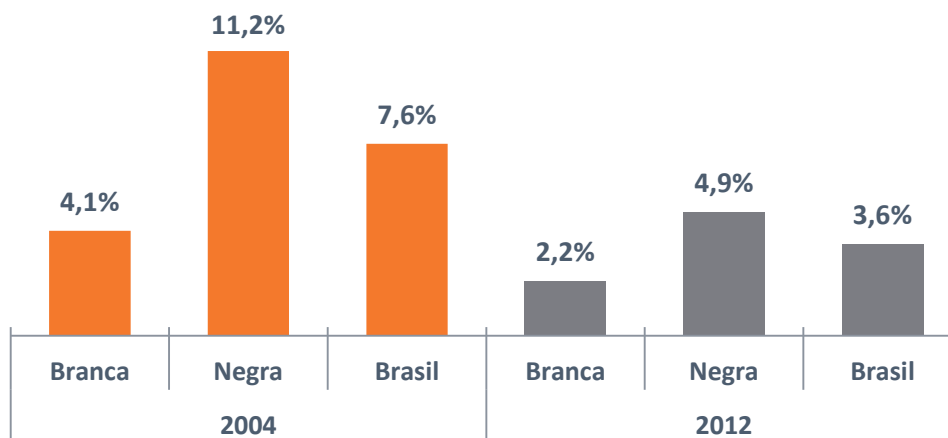
Gráfico 24 - Percentual de pessoas vivendo abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP. Nota: Excluídos aqueles que não declararam renda e os moradores de domicílios não permanentes. Foi considerado extremamente pobres e pobres a população com rendimento domiciliar per capita de até R\$70 e de R\$71 a R\$140, respectivamente (valores de set/2011).

Adicionalmente, têm sido adotadas políticas cujo desafio é reverter indicadores que comprovam a iniquidade histórica da população negra, tendo grande destaque o combate à pobreza e à extrema pobreza, que apresentou resultados significativos para esse segmento, fruto, sobretudo, dos programas de transferências de renda.

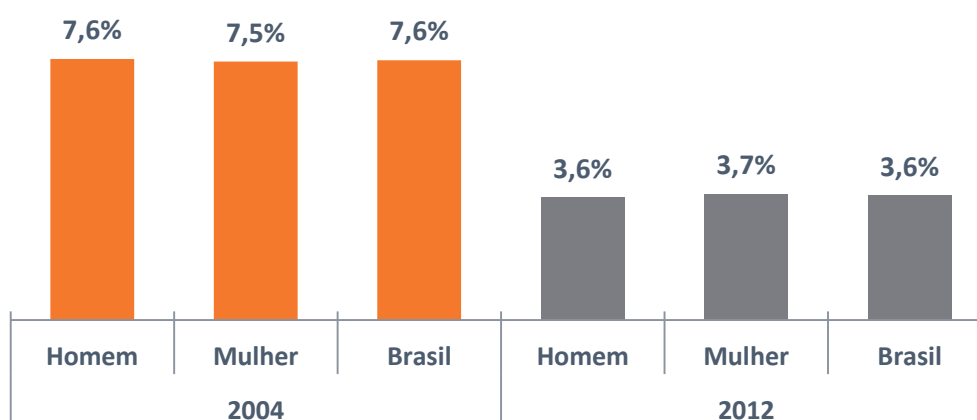
Gráfico 25 - % da população em situação de extrema pobreza, por cor/raça – 2004 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

Outro ponto importante tem sido a estratégia de valorização da mulher em programas como o Bolsa Família, onde 92,37% da titularidade é feminina, o que tem reduzido a pobreza e a pobreza extrema e colocado a mulher em um novo patamar social, trazendo maior dignidade como pessoa humana e como mãe.

Gráfico 26 - % da população em situação de extrema pobreza, por sexo – 2004 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

EDUCAÇÃO

O marco legal da política educacional brasileira é representado principalmente pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse arcabouço jurídico assegura a todos os brasileiros as condições formais para o exercício do direito básico à educação, especialmente o direito à educação básica, além de fixar a atual estrutura de responsabilidades e competências para a oferta de educação no Brasil. Importante ressaltar as mudanças recentes na educação, como a duração de 9 anos para o ensino fundamental e a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Os dados da PNAD 2012 demonstram uma melhora na taxa de frequência nos diversos níveis de educação, principalmente na educação infantil e no ensino superior; na média dos anos de estudo da população acima de 15 anos; e na taxa de analfabetismo, inclusive ao se observarem recortes etários, de renda e de raça/cor. Esses avanços estão alinhados com a estratégia de desenvolvimento do PPA 2012-2015, que visa a um crescimento inclusivo, alcançando a toda população brasileira, principalmente aos grupos populacionais mais vulneráveis.

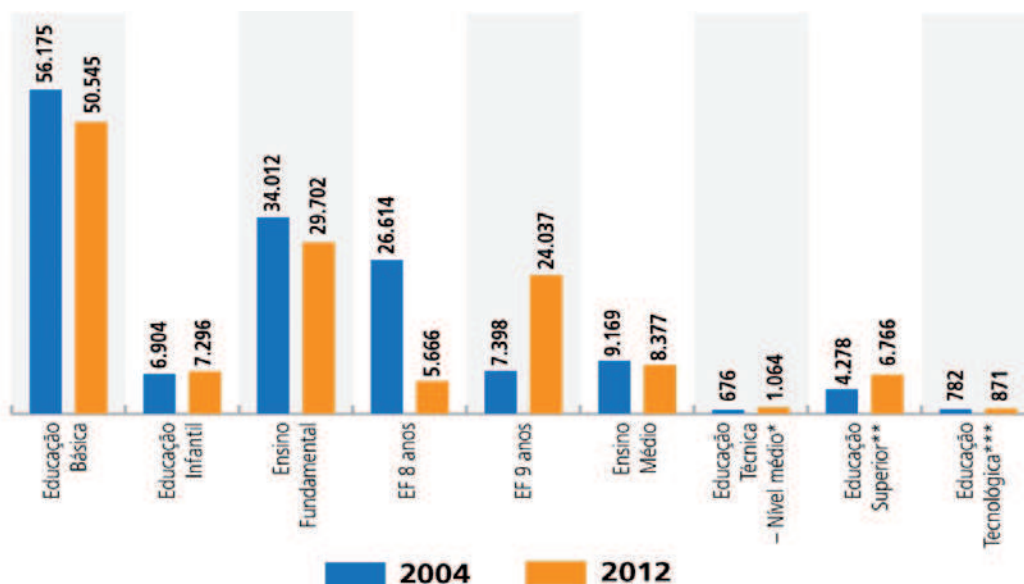
Abrangência da Política

A política educacional abrange um grande conjunto de ações e serviços ofertados diariamente a dezenas de milhões de crianças, jovens e adultos matriculados nos diversos níveis e modalidades educacionais. Esse aparato é acompanhado por uma série de ações que contribuem para o acesso do estudante à escola e para sua permanência, tais como alimentação escolar, distribuição de livros e materiais didáticos, serviços de transporte escolar e provisão de acesso aos meios digitais de aprendizagem e à internet para alunos da rede pública em alguns níveis educacionais, o que tem permitido uma inclusão cada vez maior de grupos populacionais nas escolas e universidades.

Em 2012, o número de escolas de educação básica no país chegou a 192 mil, sendo 154 mil públicas, que atendem a mais de 50,5 milhões de alunos, segundo o Censo da Educação Básica. Além disso, na educação básica existem

mais de 2,1 milhões de funções docentes – dos quais 1,8 milhão na rede pública. No ensino superior, são atendidos 6,7 milhões de matriculados assistidos por quase 340 mil docentes – 120 mil em instituições públicas.

Gráfico 27 - Matrículas, por nível e modalidade de ensino (por milhar), em 2004 e 2012 *****



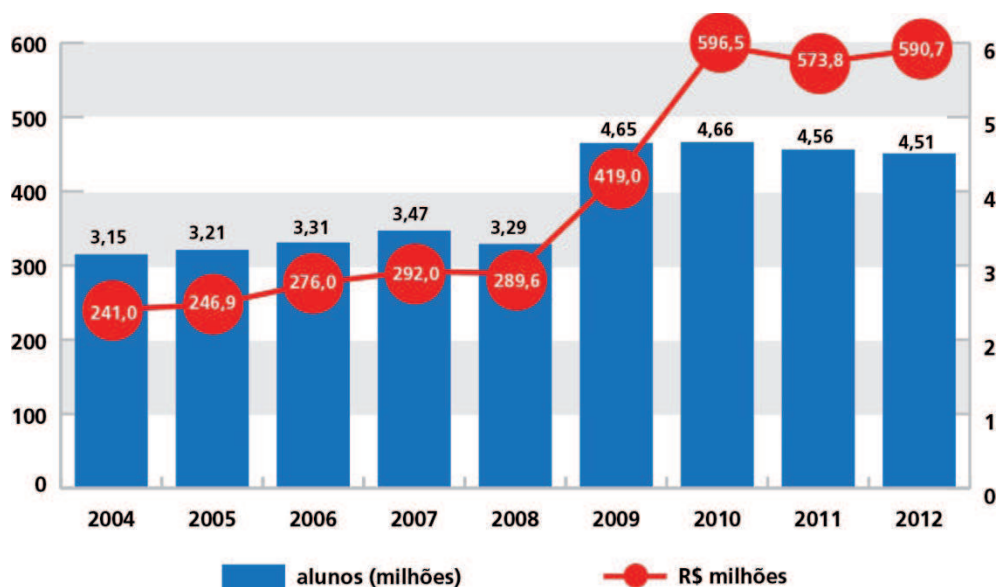
* Nas modalidades concomitante e subsequente. ** 2004 e 2011. *** 2010 e 2011.

Fonte: INEP/MEC.

A política de transporte escolar agrega o Pnate - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e o Programa Caminho da Escola. Este vem renovando a frota de veículos escolares com o objetivo de garantir o acesso dos estudantes matriculados na educação básica e reduzir a evasão escolar. Até 2012, o programa contribuiu para a aquisição de 29.209 ônibus, 674 lanchas e 126.690 bicicletas. Já o Pnate beneficiou mais de 4,5 milhões de alunos em 2012, repassando R\$ 590,7 milhões a estados e municípios.

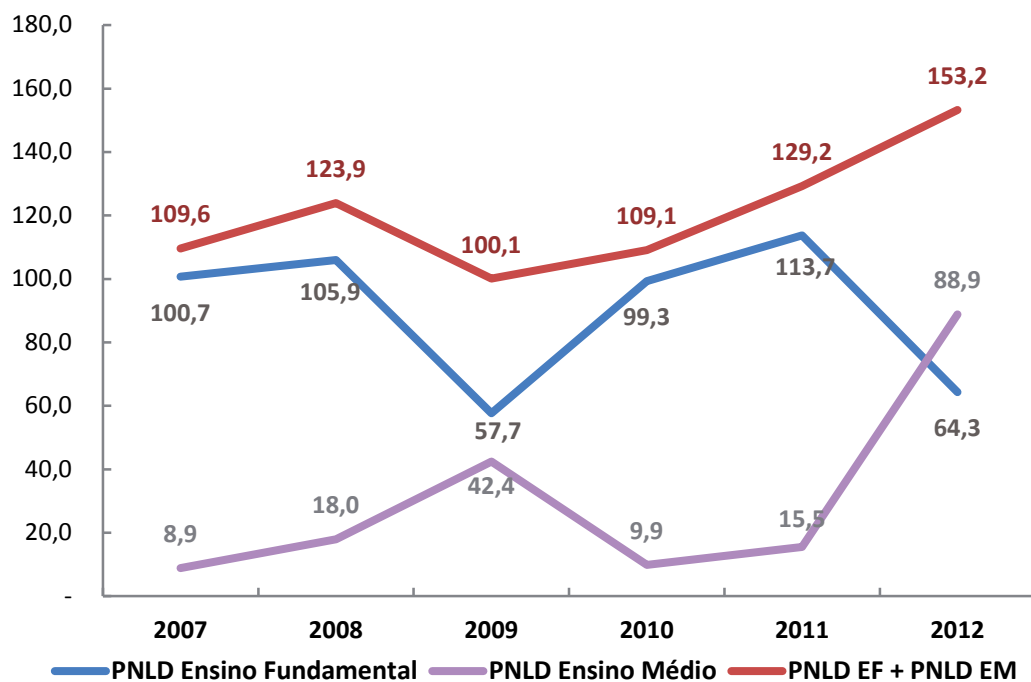
Quanto às políticas educacionais que contribuem para a melhoria da qualidade, pode-se citar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui a escolas públicas de ensino fundamental e médio livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, em ciclos trienais. Além dos livros regularmente distribuídos para as disciplinas do ensino fundamental e médio regulares, o PNLD também tem atendido a diversas demandas específicas, por meio dos componentes PNLD EJA, PNLD Campo, PNLD Alfabetização na Idade Certa, PNLD Obras Complementares e PNLD Dicionários.

Gráfico 28 - Alunos beneficiados e recursos repassados pelo Pnate



Fonte: Ministério da Educação/FNDE.

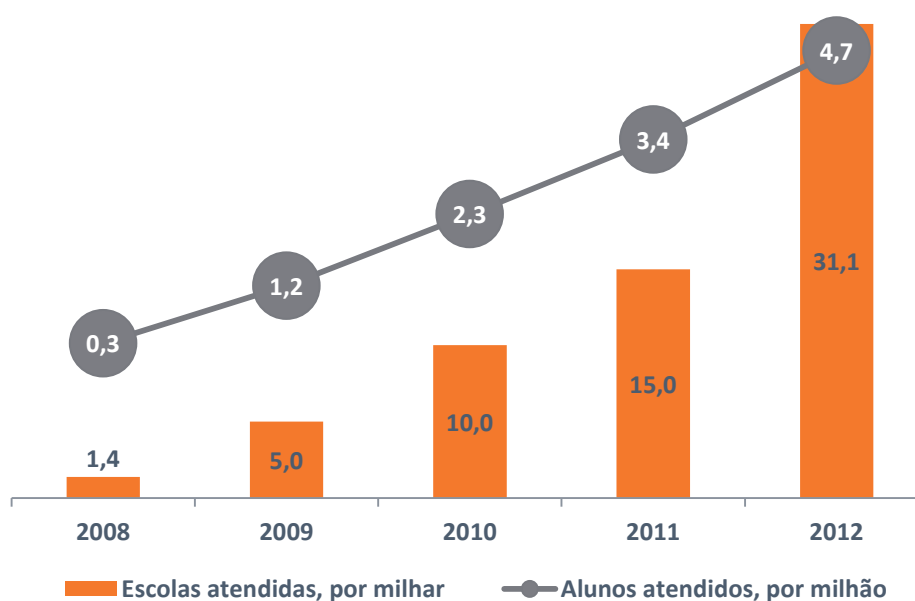
Gráfico 29 - Livros Distribuídos pelo PNLD Ensino Fundamental e PNLD Médio (por milhões)



Fonte: SIMEC/MEC.

O Governo Federal também tem trabalhado para expandir o número de escolas que oferecem educação em tempo integral, por meio do Programa Mais Educação. Em 2012, o número de escolas que aderiram ao programa era de 32.074, atendendo a cerca de 4,7 milhões de alunos.

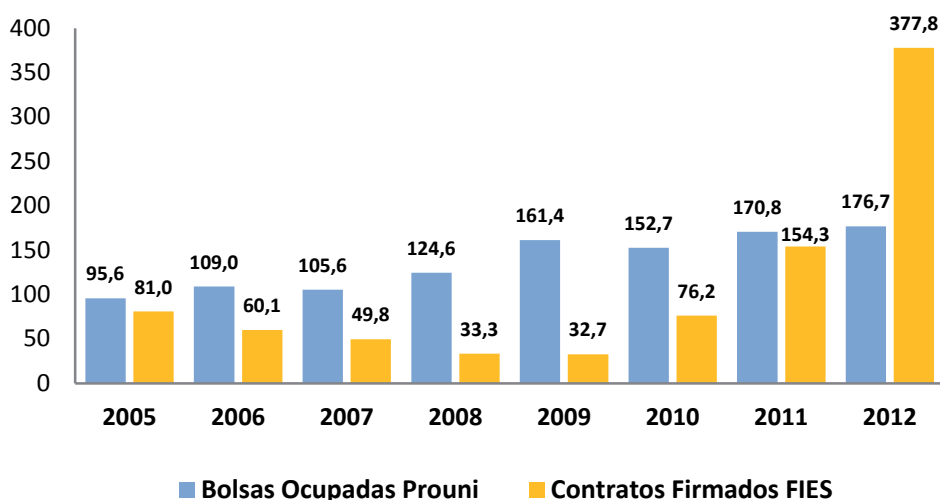
Gráfico 30 - Atendimento do Programa Mais Educação



Fonte: SIOP, Monitoramento 2012. Elaboração SPI.

Quanto à educação superior, além da expansão do número de vagas em instituições federais (só de 2010 a 2012, o número de *campi* da Rede Federal cresceu de 288 para 321), a política de ampliação do acesso tem focado na interiorização. A democratização da educação superior também contou com a ampliação do acesso ao crédito educacional (FIES) e a das vagas gratuitas no ensino privado, por meio do PROUNI. Em 2012 foram ocupadas 176.746 bolsas PROUNI e firmados 375.761 contratos no novo FIES. Esses esforços contribuíram para a ampliação da taxa de frequência bruta à educação superior de 18,6% em 2004 para 28,7% em 2012.

Gráfico 31 - Número de Bolsas PROUNI e Contratos FIES (por milhar)



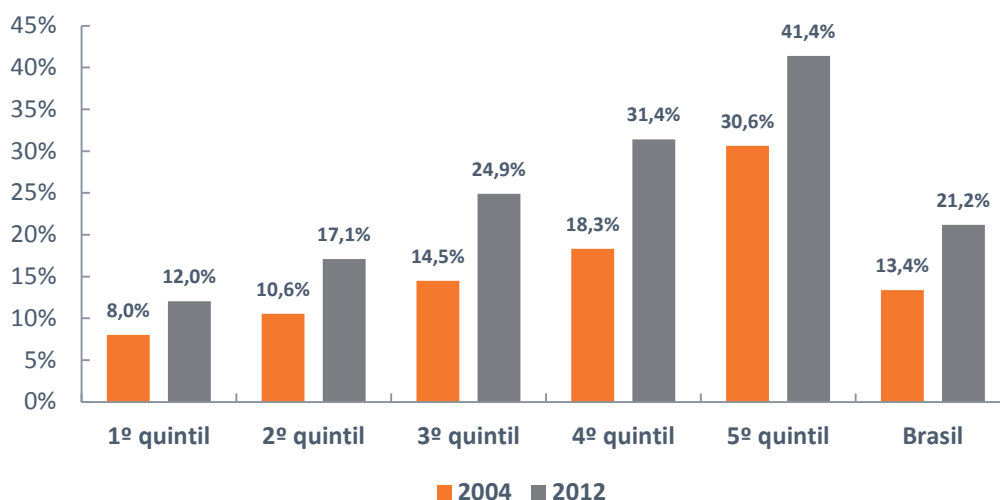
Fonte: SIMEC/MEC. Nota: a partir de 2010, Novo FIES.

Situação Social na Educação

Os avanços nos indicadores educacionais refletem o compromisso em assegurar os direitos estabelecidos pela Constituição Federal. As políticas e programas educacionais implementados e apoiados pelo Governo Federal na Educação Básica, Educação Superior e Educação Profissional e Tecnológica buscam garantir o direito à educação e democratizar o acesso às oportunidades de ascensão social, preparar os indivíduos para o exercício da cidadania e qualificar a força de trabalho.

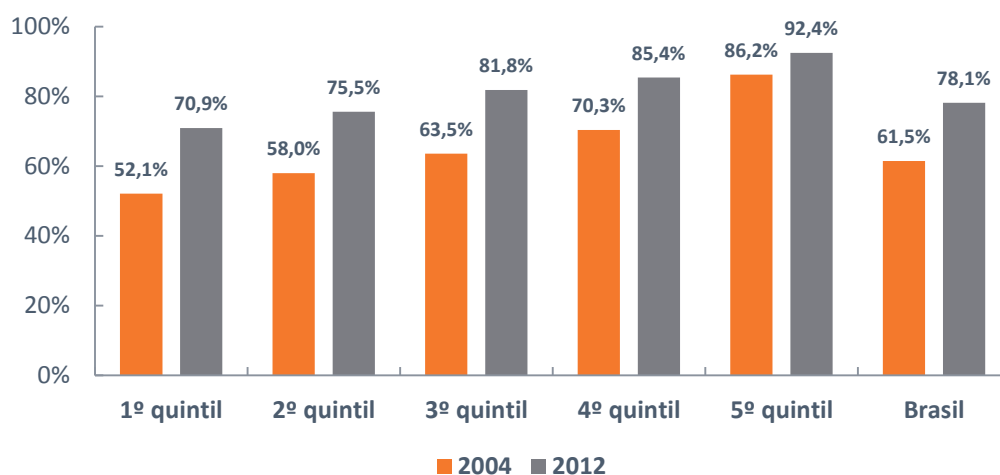
Nos anos recentes, a política de expansão do acesso à educação básica concentrou-se na oferta de educação infantil, com apoio aos municípios para a construção de creches e pré-escolas e para a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível de ensino. Enquanto, em 2004, a taxa de frequência à creche da população de 0 a 3 anos era 13,4%, em 2012, esse número chegou a 21,2%. No tocante à população de 4 e 5 anos, a taxa de frequência à escola cresceu de 61,5% para 78,1%, no mesmo período.

Gráfico 32 - Taxa de frequência à creche da população de 0 a 3 anos, por quintil de renda mensal domiciliar per capita



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPI/MP. Observação: Na elaboração dos dados por quintis de renda, excluíram-se as pessoas sem declaração.

Gráfico 33 - Taxa de frequência à creche da população de 4 e 5 anos, por quintil de renda mensal domiciliar per capita

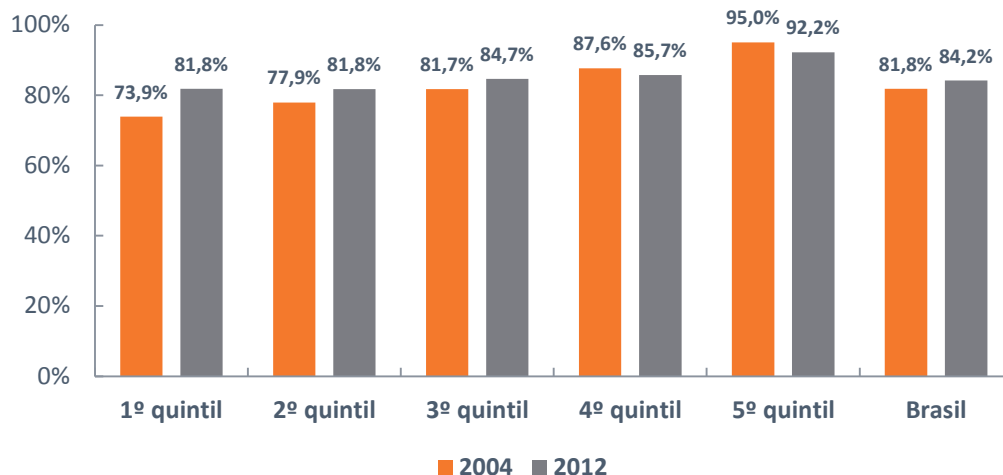


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPI/MP.
Observação: Na elaboração dos dados por quintis de renda, excluíram-se as pessoas sem declaração.

No contexto de expansão da oferta educacional, vale mencionar a Lei nº 11.274/2006, que dispõe sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade, e a Emenda Constitucional nº 59/2009 que estabelece como dever do Estado a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. Essa inovação institucional mostra-se ainda mais relevante quando é analisada a taxa de frequência à escola da população de

15 a 17 anos, que, em 2004, era de 81,8% e, em 2012, havia crescido 2,3 pontos percentuais (p.p.), chegando a 84,2%.

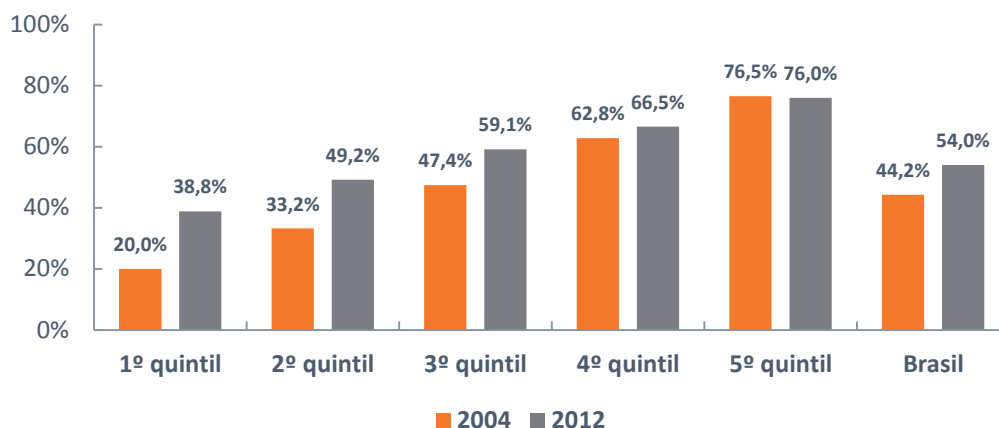
Gráfico 34 - Taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos, por quintil de renda mensal domiciliar per capita



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPI/MP. Observação: Na elaboração dos dados por quintis de renda, excluíram-se as pessoas sem declaração

A taxa líquida de matrícula da população de 15 a 17 anos no ensino médio (faixa etária considerada adequada para essa etapa de ensino) evoluiu significativamente entre 2004 e 2012, com incremento mais expressivo nos quintis inferiores de renda (crescimento de 94,3% no 1º quintil e de 22,2% para a média brasileira). Mesmo com essa elevação, a taxa líquida de matrícula no ensino médio continua sendo um dos principais desafios da educação básica.

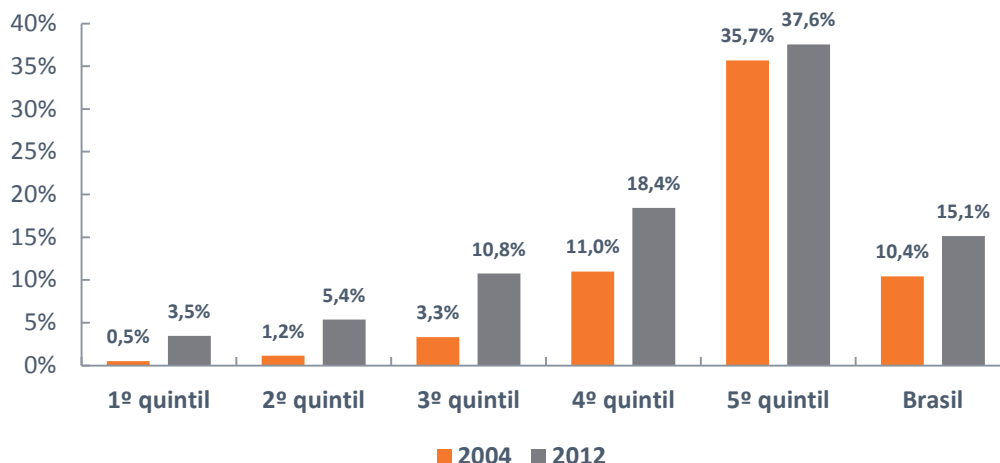
Gráfico 35 - Taxa de frequência líquida no ensino médio, por quintil de renda mensal domiciliar per capita, em 2004 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPI/MP. Observação: Na elaboração dos dados por quintis de renda, excluíram-se as pessoas sem declaração

As políticas de expansão de acesso ao ensino superior contribuíram para a elevação da taxa de frequência líquida da população de 18 a 24 anos no ensino superior (faixa etária considerada adequada para essa etapa de ensino), passando de 10,4% em 2004 para 15,1% em 2012, com taxa de crescimento mais acentuada nos estratos de renda mais baixa.

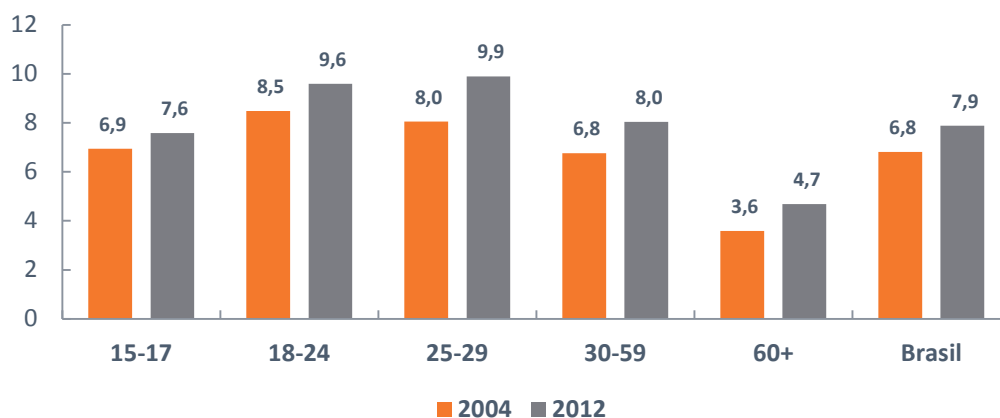
Gráfico 36 - Taxa de frequência líquida no ensino superior, por quintil de renda mensal domiciliar *per capita*, em 2004 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPI/MP.

Em 2004, a média de anos de estudo na população acima de 15 anos era 6,8. Em 2012, esse número chegou a 7,9. O maior aumento se deu entre a população em extrema pobreza, atingindo crescimento de 39,5% no período, ao passo que, para a média brasileira, o aumento foi de 15,8%. A taxa de crescimento, entre 2004 e 2012, também foi maior para a zona rural, passando de 4 para 5,1 (27,1%), enquanto que na urbana aumentou de 7,3 para 8,3 (13,7%).

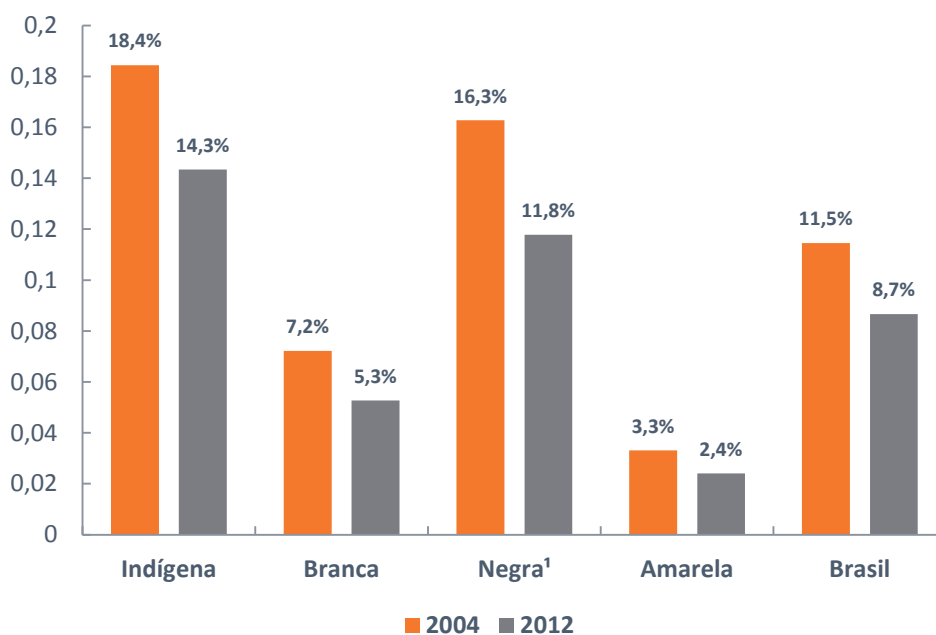
Gráfico 37 - Anos de Estudo, por faixa etária - 2004 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPI/MP.

Por fim, destaca-se o declínio das taxas de analfabetismo nos últimos anos. Enquanto, em 2004, a taxa de analfabetismo entre as pessoas acima de 15 anos era de 11,5%, em 2012, essa taxa caiu para 8,7%. A queda foi consistente em todos os recortes etários, de gênero e de raça/cor.

Gráfico 38 - Analfabetismo, por raça/cor - 2004 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

O desenvolvimento agrário pressupõe a adoção de políticas de fortalecimento e promoção do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, incluindo políticas de crédito e proteção da produção e da renda, políticas de compra, assistência técnica e extensão rural, entre outras. Em sentido amplo, o conceito de desenvolvimento agrário aproxima-se do de desenvolvimento rural, que se relaciona com as condições de vida e trabalho no meio rural, ao acesso a bens, serviços e equipamentos públicos de educação e seguridade social.

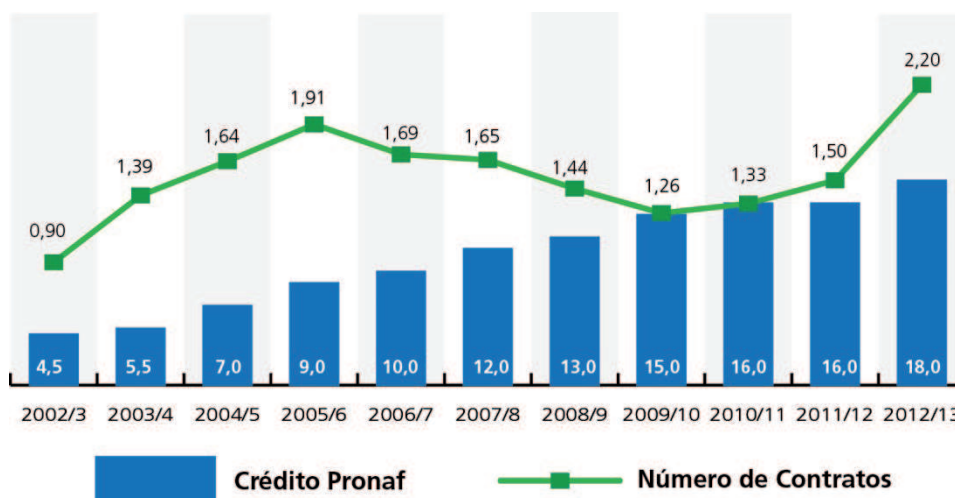
Apesar dos indicadores sociais da área rural ainda serem inferiores aos da área urbana, os resultados da PNAD 2012 têm demonstrado um avanço no meio rural de forma a reduzir essas distâncias, como pode ser observado no rendimento médio da população, na redução das famílias que vivem na pobreza ou pobreza extrema e na elevação dos anos de estudo. Esses avanços mostram o esforço realizado pelas políticas públicas, alinhadas com a estratégia de desenvolvimento do PPA 2012-2015, que visa a um crescimento inclusivo, alcançando a toda população brasileira.

Abrangência da Política

Um dos importantes instrumentos para uma política de desenvolvimento agrário ser bem sucedida é a ampliação da capacidade de investimento dos agricultores familiares. Assim, o crédito do Pronaf permite ao agricultor familiar financiar sua produção, em diversas linhas de custeio e investimento, com taxas abaixo da inflação. A assistência técnica, ao lado do crédito, insere-se como fundamental no processo de fortalecimento e qualificação da agricultura familiar e garantia de renda a esse segmento.

Observa-se importante evolução no montante de crédito disponibilizado. A safra 2012-2013 representou recorde de contratação, tendo superado o montante disponibilizado no ano anterior em quase R\$ 2 bilhões.

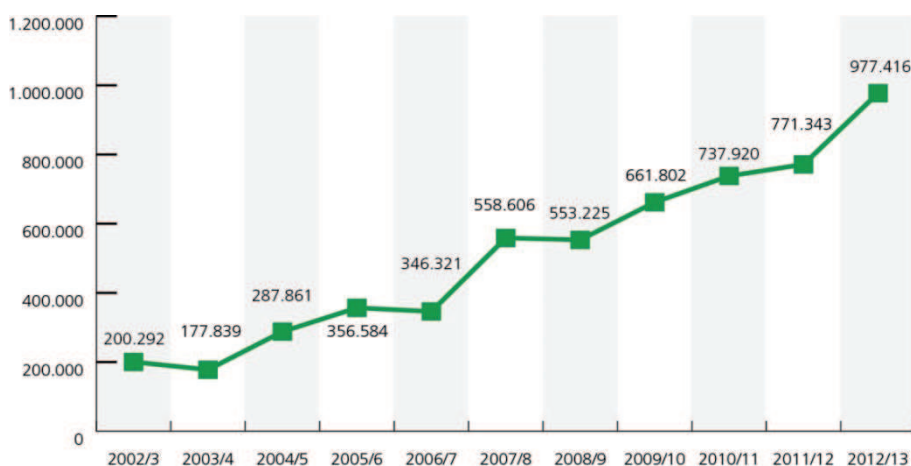
Gráfico 39 – Evolução do montante (bilhões) e do número de contratos (milhões) do Pronaf – Ano Safra



Com relação à Assistência Técnica e Extensão Rural, em 2012, foram beneficiados cerca de 1,1 milhão de agricultores familiares. Dentre os públicos específicos, foram contratados serviços de assistência técnica para 300 famílias indígenas, 8.920 famílias quilombolas, 251.339 famílias de assentados e assentadas da reforma agrária e 9.600 famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco. No âmbito do Brasil Sem Miséria, foi contratada assistência técnica para 157.013 famílias.

O Garantia-Safra é uma importante ação no âmbito do Pronaf para aqueles agricultores familiares da área de atuação da Sudene, majoritariamente semiárida, que sofrem perda de safra por seca ou excesso de chuvas. O número de municípios e agricultores aderidos tem apresentado crescimento, ano após ano. Para a safra 2012-2013, a ação pagou aos agricultores aderidos o valor de R\$ 760,00 em cinco parcelas.

Gráfico 40 – Número de Agricultores aderidos ao Garantia-Safra – por Ano Safra



Fonte: SAF/MDA. Elaboração SPI/MP.

Além de representar importante fonte de renda e emprego no meio rural, a agricultura familiar exerce um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, os agricultores familiares, por um lado, garantem renda a suas famílias e, por outro, contribuem para o abastecimento de escolas públicas, hospitais e instituições beneficentes. Em 2012, o PAA adquiriu alimentos de 192.493 agricultores, tendo sido destinados R\$ 839 milhões de recursos ao programa.

Tabela 1 - Agricultores familiares e entidades beneficiadas pelo PAA

Modalidade	Agricultores beneficiados	Entidades beneficiadas	Pessoas beneficiadas	Recursos Pagos (R\$)	Alimentos Doados (kg)
Doação Simultânea	131.068	23.882	21.719.893	509.955.562	266.746.727
Formação de Estoque	20.073	0	0	95.105.154	59.211.406
Compra Direta	13.098	0	0	96.452.563	24.952.752
PAA Leite	28.254	0	798.195	137.704.718	178.122.780
Total	192.493	23.882	22.518.088	839.217.997	529.033.665

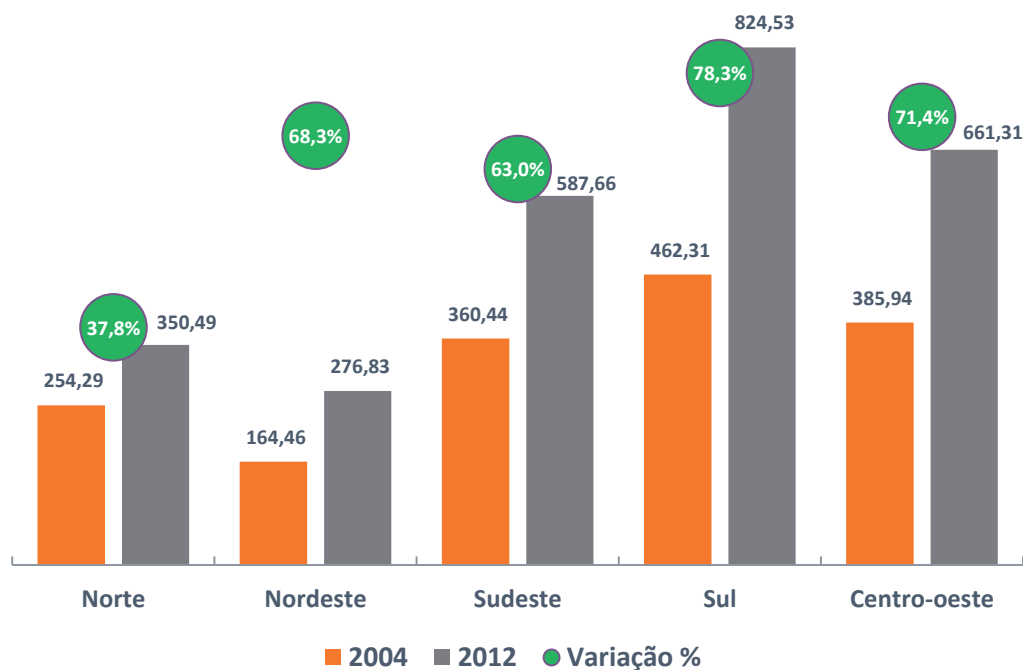
Fonte: SAGI/MDS. Elaboração SPI/MP.

Situação Social no Desenvolvimento Rural

O acompanhamento dos indicadores sociais na área rural do Brasil é de fundamental importância, tendo em vista que essa área apresenta uma grande distorção em relação à área urbana, apresentando, numa análise comparativa, baixo rendimento mensal, baixo nível de escolaridade e alfabetismo, maior percentual de famílias pobres e extremamente pobres, entre outros. No entanto, vêm sendo adotadas políticas públicas com o intuito de reverter esse quadro e tornar a área rural mais equitativa e sustentável.

Nesse sentido, observa-se que o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar apresentou evolução significativa entre os anos de 2004 e 2012, passando de R\$ 274,04 para R\$ 448,43, já considerando os efeitos da inflação, com destaque para a evolução observada na região Nordeste, que possui o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, em que a variação real foi de 68,3%.

Gráfico 41 - Rendimento mensal domiciliar per capita do agricultor familiar – 2004-2012

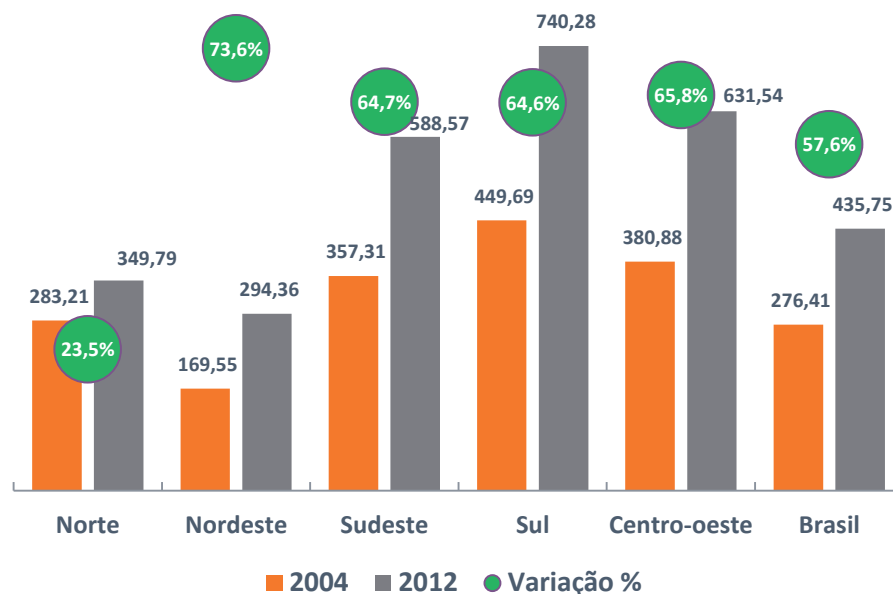


Fonte: PNAD /IBGE. Elaboração SPI/MP

Exclui os domicílios sem rendimento e os sem declaração de rendimento. Valores de 2004 corrigidos pelo INPC para set/2012. Foram considerados agricultores familiares os moradores de domicílio rurais, ocupados em empreendimento do grupamento agrícola no trabalho único ou principal da semana de referência nas posições: conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos, Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar e Trabalhador na produção para o próprio consumo.

Considerando população total que vive no meio rural, observa-se que, apesar de o rendimento mensal domiciliar per capita médio ser bem maior nas regiões Sul e Sudeste, a variação entre os anos de 2004 e 2012, foi maior para a região Nordeste (73,6%).

Gráfico 42 - Rendimento mensal domiciliar per capita médio – Rural

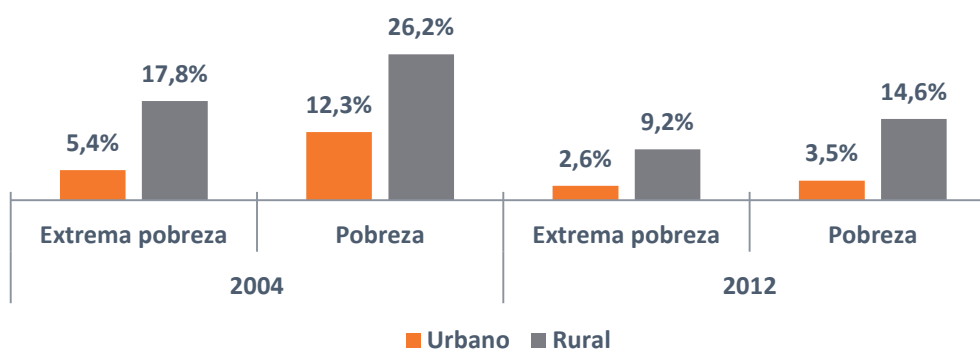


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

Exclui os domicílios sem rendimento e os sem declaração de rendimento. Valores de 2004 corrigidos pelo INPC para set/2012.

Em termos da quantidade de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza e ou de extrema pobreza, que tem impacto ainda maior no meio rural, onde parte significativa da população vive nessas condições, observou-se uma melhora nesses indicadores. A extrema pobreza reduziu-se de 17,5% em 2004 para 9% em 2012, como reflexo das várias políticas públicas executadas no período.

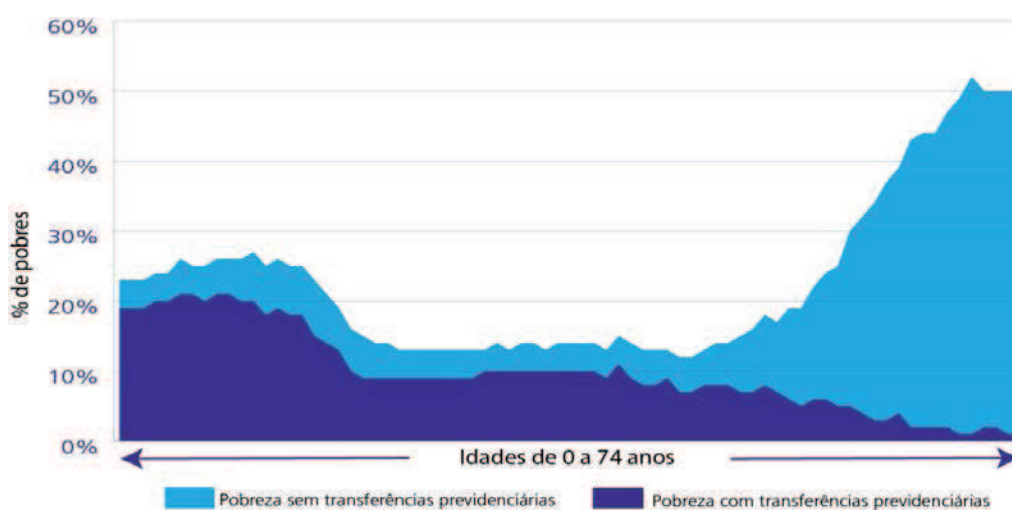
Gráfico 43 - Percentual de famílias vivendo na pobreza e extrema pobreza no meio rural



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP. Foi considerada extremamente pobre e pobre a população com rendimento domiciliar per capita de até R\$70 e de R\$71 a R\$140, respectivamente (valores de set/2011).

Um importante indicador a ser observado é a quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, com e sem as transferências previdenciárias, que tem um grande efeito dinamizador da economia e promotor de cidadania no meio rural, principalmente com as condições especiais propiciadas pela previdência. Isso evidencia a importância das transferências da previdência social na redução das desigualdades sociais e da pobreza, principalmente na população acima dos 60 anos.

Gráfico 44 - Percentual de Pobres*, em domicílios rurais, por idade, com e sem transferências previdenciárias – 2012

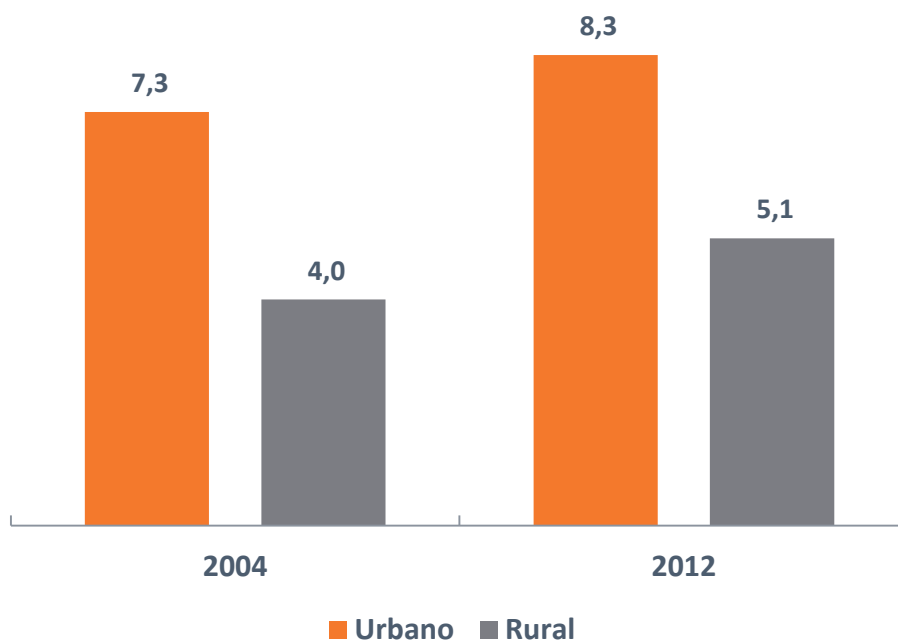


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP.

Foram considerados apenas os habitantes de domicílios onde todos os moradores declararam a integralidade de seus rendimentos. * Linha de Pobreza = R\$ 140,00 em reais de set/2012.

Outro importante indicador social no meio rural e que reflete o nível educacional da região são os anos de estudo da população. A melhoria no acesso e na qualidade do ensino no Brasil rural é fundamental para promover cidadania, bem-estar e autonomia a essa população, bem como permitir a redução entre a situação social em relação à área urbana. Nesse sentido, apesar de ainda merecer maiores cuidados, observa-se um avanço de 4 anos de estudo em 2004 para 5,1 anos de estudo em 2012.

Gráfico 45 - Anos médio de estudo, por localização



Fonte: PNAD. Elaboração SPI/MP.

DESENVOLVIMENTO URBANO

A Constituição Federal define como objetivos da política de desenvolvimento urbano o ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes, tratando a política urbana na perspectiva da gestão democrática e do reconhecimento dos direitos sociais. Sua regulamentação foi instituída pelo Estatuto das Cidades, que preconiza o direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, definindo ferramentas e diretrizes para o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Nesse sentido de efetivar a universalização do direito à cidade, destacam-se as políticas de planejamento urbano, acesso à moradia digna, saneamento básico e mobilidade urbana, que além de promover a cidadania, a igualdade de oportunidades e a melhoria da qualidade de vida nas cidades, são determinantes para a desconcentração territorial do crescimento econômico e da geração de empregos.

Os dados da PNAD 2012 demonstram que a estratégia em curso de institucionalização das políticas urbanas, ampliação dos recursos federais e construção de programas e arranjos de gestão, como o PAC e o MCMV, tem contribuído para a evolução dos indicadores do desenvolvimento urbano, como a redução do percentual de domicílios em situação de irregularidade fundiária, do déficit habitacional e do percentual de domicílios sem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Esses avanços estão alinhados com a estratégia de desenvolvimento do PPA 2012-2015, que visa a um crescimento inclusivo, propiciando bem-estar a toda população brasileira.

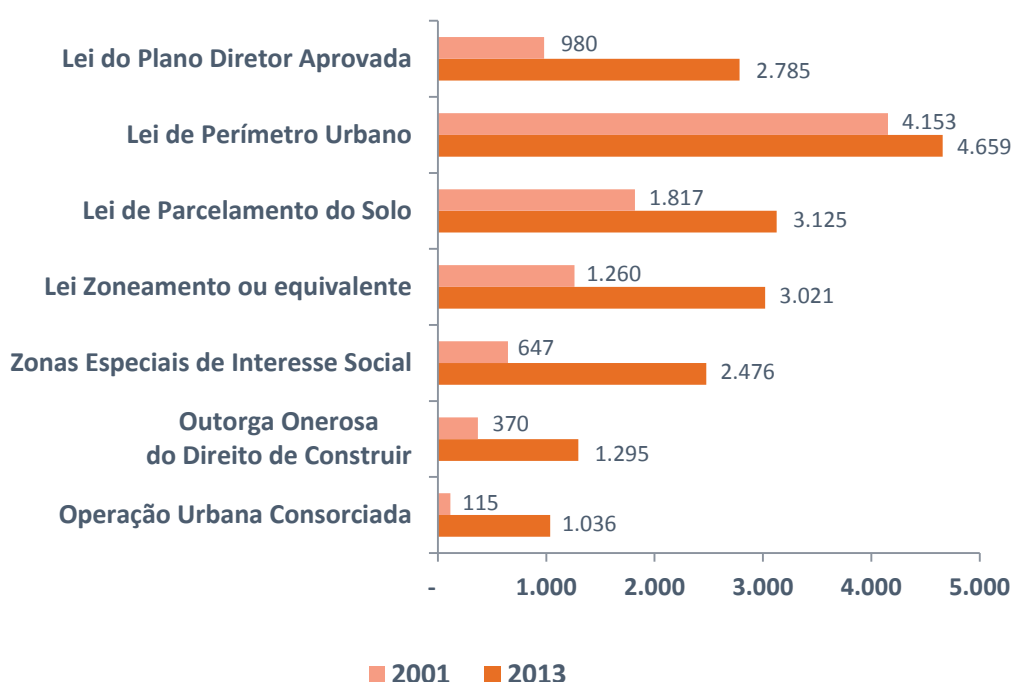
Abrangência da Política

O Governo Federal tem induzido o fortalecimento do planejamento e da gestão urbana, com vistas a fazer cumprir as funções sociais da cidade e da propriedade. Merece destaque o avanço gradativo na incorporação de instrumentos de planejamento e gestão urbana previstos no Estatuto da Cidade pelos municípios brasileiros.

Em 2001, apenas 38% dos municípios com mais de 20.000 habitantes possuíam Plano Diretor, ao passo que, em 2013, essa proporção saltou para 89,6% dos municípios com tal obrigatoriedade. No mesmo período, houve avanço

significativo também na incorporação de outros instrumentos de planejamento e gestão pelos municípios. A incorporação de Leis de Perímetro Urbano, Leis de Parcelamento do Solo e Leis de Zoneamento às políticas municipais também foi expressiva. Além disso, instrumentos regulamentados pelo Estatuto da Cidade, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir, as Operações Urbanas Consorciadas e o estabelecimento de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS também começaram a ser implementados pelos municípios.

Gráfico 46 - Evolução na existência de instrumentos de planejamento urbano nos municípios



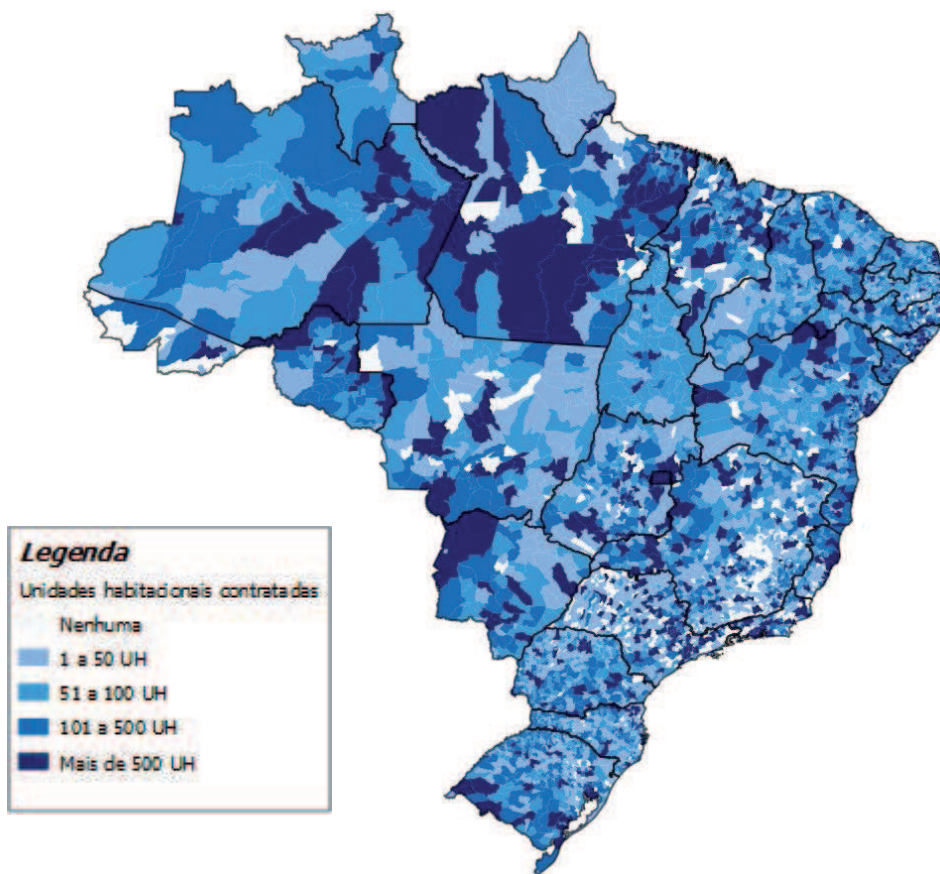
Fonte: Adaptado de IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros. 2001 a 2013.

Para promover o acesso à moradia digna a todos os brasileiros, direito social assegurado pela Constituição em seu artigo 6º, o Governo Federal potencializou os investimentos na política habitacional e diversificou seus instrumentos. Lançado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV instituiu um modelo célere de provisão habitacional de interesse social, que combina a concessão de subsídios de acordo com a capacidade de pagamento das famílias, a indução da participação dos agentes privados e a cooperação federativa.

Até abril de 2014, o MCMV já contratou a execução de 3,4 milhões de moradias, totalizando valores de mais de R\$ 211 bilhões, tendo sido entregues 1,7 milhão de unidades. Atendendo a famílias de baixa renda (renda mensal até R\$ 1.600), foram contratadas cerca de 1,7 milhão de unidades, das quais mais de 600

mil foram entregues, alcançando uma escala nacional de investimentos para a redução do déficit habitacional – abrangência de cerca de 93% dos municípios brasileiros.

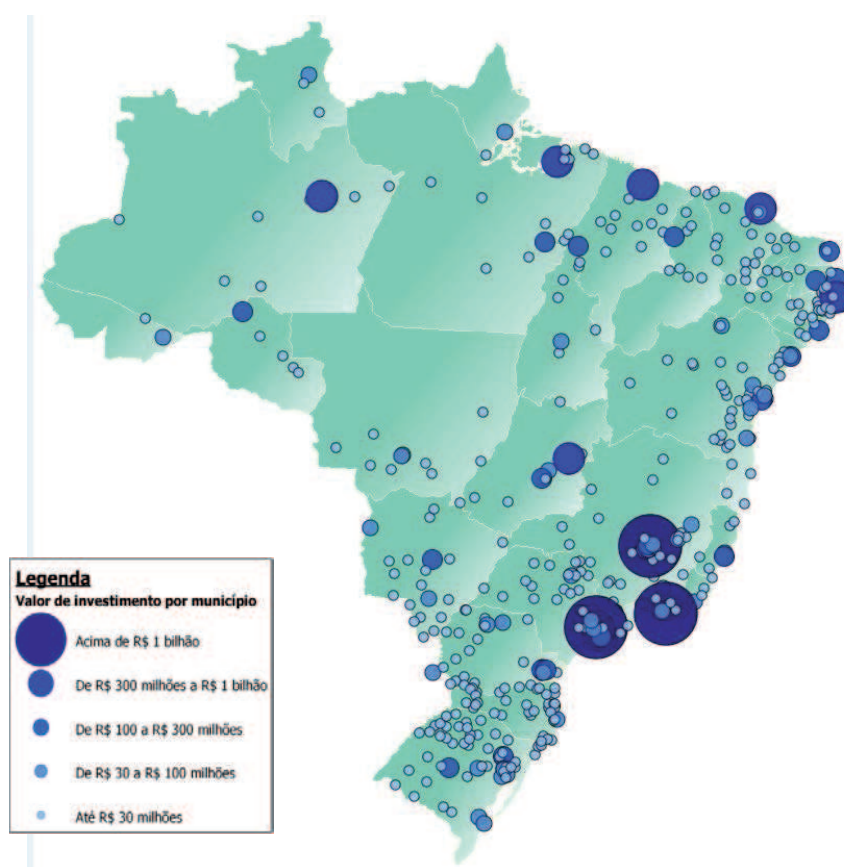
Figura 2 - Moradias contratadas no MCMV para famílias de baixa renda por município



Fonte: Caixa Econômica Federal. Elaboração: SPI/MP

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo Federal também pactuou ampla agenda federativa de investimentos em urbanização de assentamentos precários, promovendo a sua integração à cidade formal, a sua recuperação urbana e ambiental e dotando-os de serviços de saneamento e equipamentos comunitários para a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. Esses investimentos concentram-se em municípios mais populosos, com altas taxas de crescimento demográfico ou pertencentes a regiões metropolitanas, onde está localizada a maioria dos assentamentos precários do país. A carteira de investimentos em urbanização do PAC contempla cerca de 500 municípios, com valor de investimento contratado de R\$ 23,6 bilhões, dos quais a maior parcela (R\$ 21,3 bilhões) destina-se a municípios que concentravam mais de 90% dos domicílios em assentamentos precários identificados no Censo 2010 pelo IBGE.

Figura 3 - Investimentos PAC em urbanização de assentamentos precários contratados por município



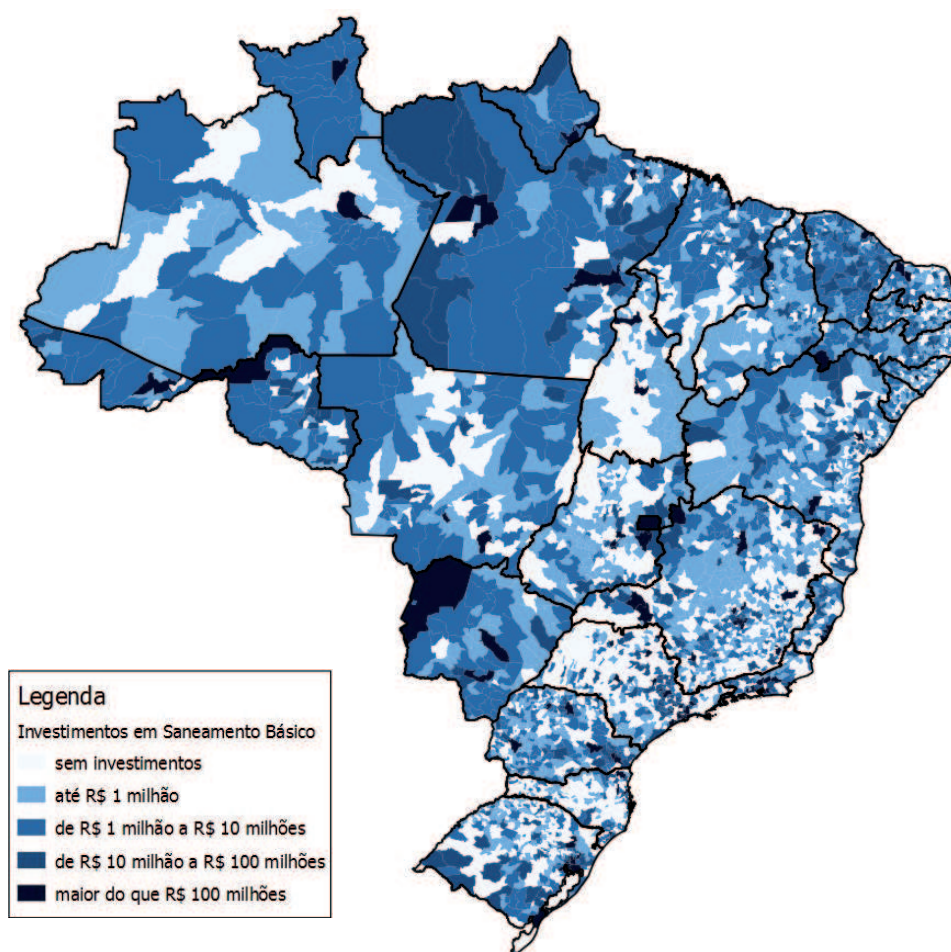
Fonte: Ministério das Cidades. Elaboração: SPI/MP

Orientado pelo princípio da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, preconizado pela Lei Federal nº 11.445/2007, o Governo Federal também tem empreendido um grande esforço de ampliação dos investimentos e fortalecimento institucional do setor. Por intermédio do PAC, a média dos recursos federais destinados ao saneamento elevou-se de R\$ 5,3 bilhões anuais no período de 2003 a 2006, para R\$ 14,1 bilhões anuais no período de 2007 a 2013 (valores atualizados pela média anual IGP-DI/FGV - fev/2014).

A carteira contratada de investimentos em saneamento nos Eixos do PAC “Cidade Melhor” e “Água e Luz para Todos” é da ordem de R\$ 74 bilhões, abarcando cerca de 60% dos municípios do país. Ressalta-se a grande intensidade dos investimentos em regiões metropolitanas e

grandes centros urbanos, bem como sua ampla abrangência em regiões menos desenvolvidas – 79% dos municípios do Nordeste e 76% dos municípios do Norte. Nesse âmbito, até abril de 2014, foram concluídos cerca de 2,3 mil empreendimentos nas diversas modalidades de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais, resíduos sólidos) em áreas urbanas, rurais e de comunidades tradicionais, beneficiando milhões de famílias.

Figura 4 - Investimentos PAC em saneamento contratados por município



Fonte: Ministério das Cidades e Fundação Nacional de Saúde. Elaboração: SPI/MP

Também foi instituído o Plano Nacional de Saneamento Básico (Portaria Interministerial nº 571, de 6 de dezembro de 2013), que representa um marco no planejamento de longo prazo do setor, definindo

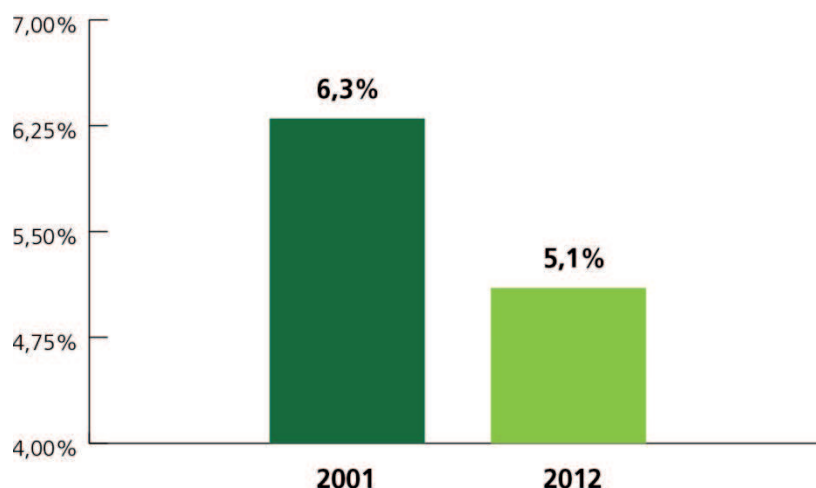
suas metas em todo o País para os próximos 20 anos, com investimentos estimados em R\$ 508 bilhões. Nesse cenário, estima-se a continuidade da evolução dos indicadores de saneamento básico que se verifica nos últimos anos.

Situação Social no Desenvolvimento Urbano

A estratégia em curso de institucionalização das políticas urbanas, ampliação dos recursos federais e construção de programas e arranjos de gestão que potencializam o alcance dos investimentos, como o PAC e o MCMV, têm contribuído para a evolução dos indicadores do desenvolvimento urbano.

No campo da regularização fundiária urbana, observam-se avanços nas situações em que o proprietário do imóvel não possui a propriedade do terreno. Enquanto que, em 2001, essa situação ocorria em 6,3% dos domicílios próprios urbanos, em 2012, essa proporção caiu para 5,1%.

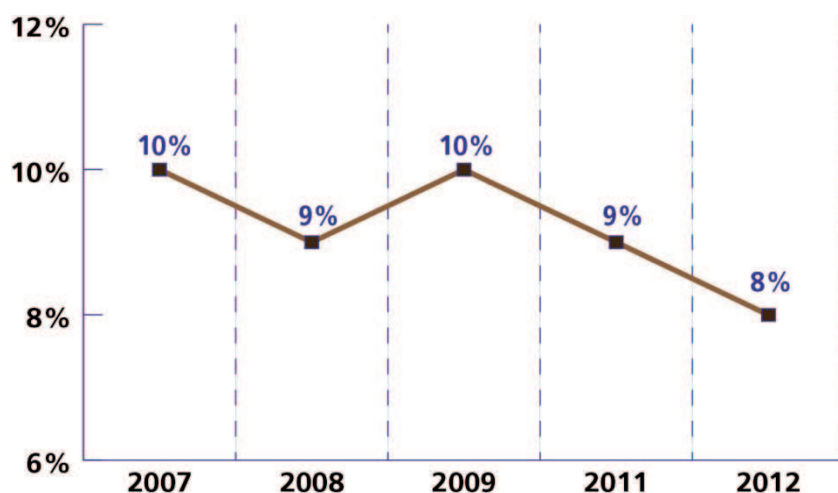
Gráfico 47 - Percentual de domicílios próprios urbanos em situação de irregularidade fundiária



Fonte: PNAD/IBGE

O déficit habitacional brasileiro teve queda de 20% nos últimos anos. Segundo o IPEA, a partir de dados da PNAD, o índice caiu de 10% do total de habitações do país para 8,3% em 2012, em um contexto de significativo crescimento do número de domicílios no período (mais de 7 milhões). Em números absolutos, o índice reduziu de 5,6 milhões de residências em 2007 para 5,2 milhões em 2012.

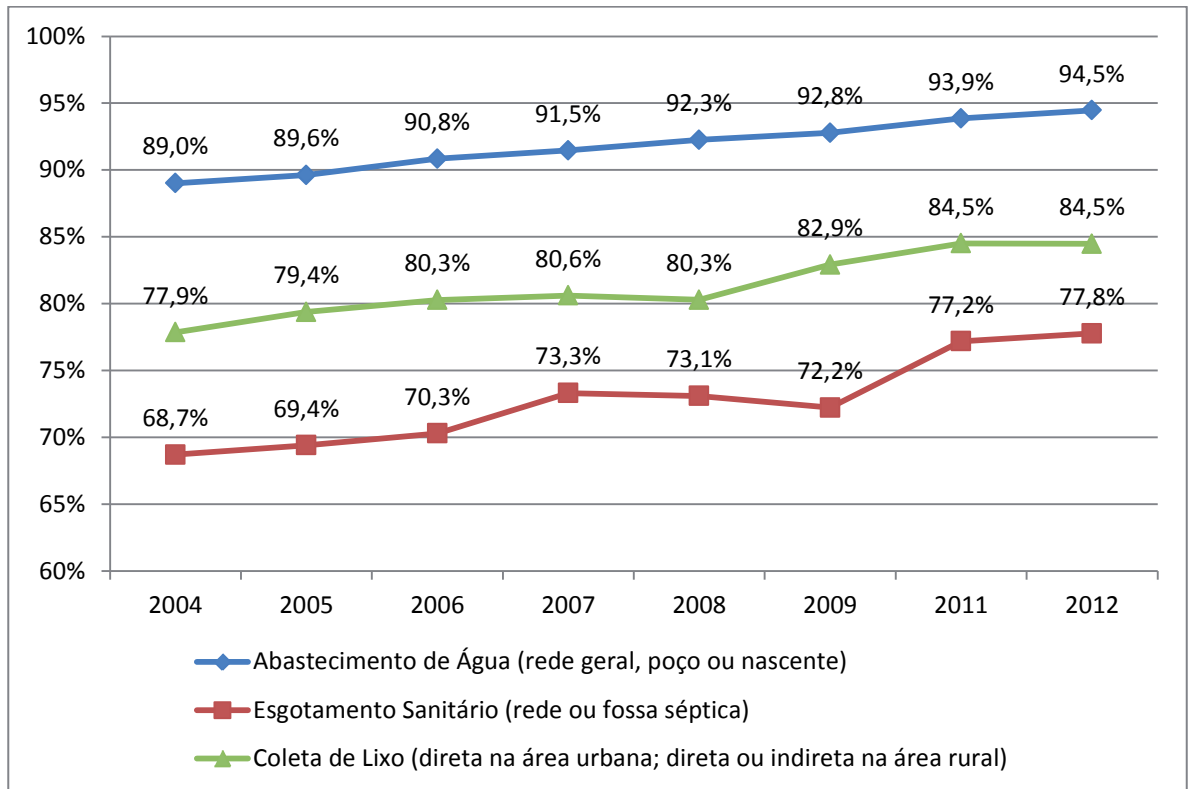
Gráfico 48 - Déficit Habitacional (% de domicílios)



Fonte: IPEA. Elaboração: SPI/MP

Percebe-se ainda melhoria constante e gradativa dos indicadores de saneamento básico no país na última década. A cobertura dos serviços de abastecimento de água por rede e por poço ou nascente, com canalização interna, aumentou de 89,0% para 94,5% dos domicílios entre 2004 e 2012, segundo as PNADs. Se considerarmos somente as áreas urbanas, a rede pública já chega a 98% dos domicílios. A cobertura de coleta de resíduos sólidos (direta em áreas urbanas e direta ou indireta em áreas rurais) subiu de 77,9% para 84,5% no mesmo período. Além disso, os índices de cobertura por rede de esgotos ou utilização de fossas sépticas, que configuram as parcelas mais significativas do déficit quantitativo no setor, foram os que tiveram avanço mais expressivo neste período, de 68,7% em 2004 para 77,8% em 2012. Em áreas urbanas, é importante citar, 85% dos domicílios contavam com esgotamento sanitário em 2012.

Gráfico 49 - Domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo (%)



Fonte: PNAD/IBGE

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Governo Federal